

proposta

EXPERIÊNCIAS EM EDUCAÇÃO POPULAR

ARTICULAÇÃO DAS LUTAS URBANAS

Uma diversidade de caminhos

Sumário

APRESENTAÇÃO 1

SÃO PAULO

Vetores para um quebra-cabeça	2
<i>Paulo Roberto Abrantes</i>	
Introdução	2
Mega São Paulo	3
As peças básicas da trama urbana	5
O movimento sindical	6
O movimento popular	8
Observações finais	15
Sinopses	18

ESPÍRITO SANTO

Uma federação, múltiplos movimentos sociais	23
---	----

PORTO ALEGRE

Os movimentos comunitários	25
--------------------------------------	----

RECIFE

Limites e dilemas da participação popular	29
---	----

ARTICULAÇÃO DAS LUTAS URBANAS

Considerações sobre as propostas em disputa	35
<i>Haroldo Baptista de Abreu</i>	
A resistência urbana	35
O popular e o urbano: identidade e política	37
Articulações: experiências e propostas	39
Conclusão	45
Notas	47



Rua Bento Lisboa, 58 — Catete
22221 — Rio de Janeiro, RJ

Direção Executiva da FASE:

Jorge Eduardo Saavedra (Diretor Coordenador Nacional); Maria Emília L. Pacheco (Diretora Coordenadora Nacional Adjunta); Virgílio Rosa Netto (Diretor Administrativo e Financeiro); Matheus Henricus Otterloo (Coordenador Reg. Norte); José Luciano Freitas (Coordenador Reg. Nordeste); Lorenzo Zanetti (Coordenador Reg. Sudeste-Sul).

Proposta nº 39 Ano XIII — Fevereiro de 1989



Proposta: Experiências em Educação Popular é uma publicação trimestral da FASE — Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

Conselho Editorial

Alberto Lopes Mejia
Cândido Grzybowski
Haroldo Baptista de Abreu
Jean-Pierre Leroy
Jorge E. Saavedra Durão
Lourdes M. Grzybowski

Coordenação Geral

Maria Emília L. Pacheco

Planejamento Gráfico e Editorial

Alfons Klausmeyer

Redador

Paulo Roberto Abrantes

Organizador

Haroldo Baptista de Abreu

Colaboradores

Maria do Céu (FASE/Recife)
Jorge Solano (FASE/Vitória)
Suzana (FASE/Porto Alegre)
Rosângela e Márcia (FASE/São Paulo)
D. Zulmira (Mov. de Saúde Zona Leste de São Paulo)
Pe. Ticão (Mov. de Moradia Zona Leste de São Paulo)
Paulo (Pres. da Fed. Assoc. Moradores de Cariacica)
Aluizio (Pres. da Fed. Assoc. Moradores e Mov. Populares do Esp. Santo)
Sílvia Caciabava (Pólis, SP)
Alberto Mejia (FASE/Nacional)

Capa

Gerardo Hanna

Revisão

João Luiz Pacheco
Inácio Dorado

Distribuição e Vendas

Paulo Martinechen Neto

FASE — NACIONAL

Rua Bento Lisboa, 58
22221 RIO DE JANEIRO — RJ
Tel.: (021) 285-2998

REGIONAL NORTE

FASE — ABAETETUBA

Trav. Pedro Pinheiro Paes, 330
68440 ABAETETUBA — PA
Tel.: (081) 751-1181

FASE — BELÉM

Rua Bernal do Couto, 1329
66030 — BELÉM — PA
Tel.: (091) 222-0318

FASE — CAPANEMA

Av. Pres. Médici, 1992
68700 CAPANEMA — PA
Tel.: (091) 821-1716

FASE — IMPERATRIZ

Rua Aquiles Lisboa, 167
65900 IMPERATRIZ — MA

FASE — SÃO LUIS

Rua Oswaldo Cruz, 1314
65020 SÃO LUIS — MA
Tel.: (098) 22-1175

FASE — MANAUS

Cx. Postal 2259
69061 MANAUS — AM

REGIONAL NORDESTE

FASE — RECIFE

Rua Barão de S. Borja, 495
50070 RECIFE — PE
Tel.: (081) 221-5478

FASE — FORTALEZA

Rua Prof. João Bosco, 73
60430 FORTALEZA — CE
Tel.: (085) 223-4056

FASE — ITABUNA

Rua Rio Branco, 93 — 1º andar
45600 ITABUNA — BA
Tel.: (073) 211-4498

FASE — MACEIÓ

Rua Gonçalves Dias, 62
57055 MACEIÓ — AL
Tel.: (082) 221-0667

FASE — ICÓ

Rua Dr. Inácio Dias, 2148
63430 ICÓ — CE

SUDESTE/SUL

FASE — RIO

Av. Pres. Wilson, 113/Conj. 1302
20030 RIO DE JANEIRO — RJ
Tel.: (021) 220-7198

FASE — VITÓRIA

Rua Gal. Osório, 83/Sts. 1306/7
29020 VITÓRIA — ES
Tel.: (027) 223-7436

FASE — SÃO PAULO

Rua Loefgren, 1651/c. 6
04040 SÃO PAULO — SP
Tel.: (011) 549-3888

FASE — JABOTICABAL

Rua João Brunini, 53
14870 JABOTICABAL — SP

FASE — PORTO ALEGRE

Rua Gaspar Martins, 470
90220 PORTO ALEGRE — RS
Tel.: (051) 225-0787

FASE — VALE DO GUAPORÉ

Trav. Cel. Ricardo Franco, s/nº
78770 VILA BELA SSMA, TRINDADE — MT
Tel.: (065) 259-1210

PROGRAMAS ANEXOS

FASE — PROGRAMA DE SAÚDE

Rua Rui Barbosa, 200
55300 GARANHUNS — PE
Tel.: (081) 761-0941

FASE — PROJETO

TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS

Rua Bento Lisboa, 58
22221 RIO DE JANEIRO — RJ
Tel.: (021) 285-2998

Apresentação



As lutas urbanas estão de volta às nossas páginas. Neste número, abordamos o seu conteúdo pelo viés da articulação dos diversos movimentos e seu imaginário. Não se trata de uma análise pormenorizada das experiências dos últimos dez anos. Pois esta não se limitaria a um único número de **Proposta**. Mas o conteúdo das demandas cotidianas e/ou permanentes dos diversos segmentos da sociedade urbana no Brasil estão aqui como referências permanentes da reflexão político-educativa.

Não se trata também de uma decomposição analítica das práticas de educação no interior desses movimentos. Para isso precisamos aprofundar mais o conhecimento da realidade dos movimentos, de suas demandas, de suas contradições e das diferentes intervenções político-educativas em seu interior. Esta revista é apenas um passo nessa direção.

Todos os artigos que se seguem foram elaborados considerando as informações disponíveis quando de sua elaboração e o acúmulo de reflexão de seus autores. Ainda que não correspondam a uma visão consensual das propostas de educação popular e da própria FASE, são todos artigos da maior relevância e seriedade que procuram colocar a objetividade do movimento real acima de posicionamentos preconceituosos ainda presentes entre nós.

Por tudo isso e por considerá-los como uma efetiva contribuição ao debate sobre o processo de articulação dos movimentos de massas, que têm por objeto de suas demandas o espaço urbano, a FASE assume a responsabilidade de publicá-los.

Os quatro primeiros artigos são de autoria de Paulo Roberto Abrantes, um companheiro que por muitas vezes já contribuiu com a sistematização de experiências e a produção intelectual da FASE.

Dentre as suas contribuições a esta edição, destacamos o artigo "São Paulo: Vetores para um Quebra-Cabeça", que a partir de amplas fontes primárias (entrevistas) e secundárias (livros e artigos de diversos autores) reproduz com clareza e riqueza de detalhes a diversidade e a pluralidade dos movimentos urbanos da grande metrópole paulista. Mas a sua reflexão transcende São Paulo e alcança a universalidade da "questão urbana" na sociedade brasileira. Em complemento a este artigo há três resumos sobre experiências federativas no Brasil: a Femeb (na Grande Recife), Famopes (no Espírito Santo) e a Uampa (em Porto Alegre).

O quinto artigo, de autoria de Haroldo Abreu, assessor nacional da FASE, parte das contradições do processo de produção e reprodução do espaço urbano para analisar duas das concepções em curso sobre os "movimentos populares" e a sua articulação em organismos nacionais como a Conam e a Central de Movimentos Populares, esta defendida pela Anampos. Trata-se de um debate solidário, porém crítico, a ambos os projetos e às suas consequências político-educativas.

Finalmente, agradecemos aos companheiros das equipes da FASE de São Paulo, Porto Alegre, Vitória e Recife pelas colaborações a este número e às diversas lideranças e assessores dos movimentos nestas capitais que contribuíram com informações e suas próprias experiências. Sem essas contribuições, não teria sido possível discutir com qualquer profundidade as articulações dos movimentos no espaço urbano.

Vetores para um quebra-cabeça

Paulo Roberto Abrantes*

Abril Press



Introdução

Nos tempos atuais, pensar em possíveis articulações que envolvam parcelas significativas dos movimentos populares urbanos de São Paulo, requer, no mínimo, duas atitudes: primeiro, um pronto e despreconceituoso reconhecimento de sua quase estonteante diversidade e, segundo, um grande esforço de mapeamento e compreensão de suas características essenciais.

Sabe-se que esses movimentos se constituem sob o signo da pluralidade. Em todos os níveis e fases de seus desenvolvimentos. São diversos os motivos que lhe dão origem; é múltipla sua constituição social, suas bandeiras e seus ritmos; suas formas de organização e representação e, por último, os resultados que alcançam. São trajetórias distintas, apesar das, igualmente, não poucas semelhanças. Das reais e das aparentes.

Em tese, poderiam ser agrupados de acordo com alguns recortes. Geográfico ou espacial, para os que se auto-intitulam a partir do pertencimento a esta ou aquela região: são as associações da Zona Sul, as da Zona Leste, ou ainda os que se identificam, simplesmente, pelo bairro de origem. Temático, entre os que se formam em torno de um dado aspecto social como o transporte e a saúde. Político e religioso os que se vinculam ou são fortemente influenciados por partidos — PT, PC do B, PMDB, entre outros — e organismos eclesiais, destaque para as CEBs e pastorais da Igreja Católica.

Na realidade viva dos movimentos, contudo, esses critérios raramente encontram-se isolados. Entrecruzam-se já no surgimento, e no seu evoluir há um enorme campo de luta de concepções diferenciadas, que os levam a unirem-se, a se desdobrar, a desaparecer e reaparecer, num movimento fluido e sujeito a injunções de toda sorte. Há ainda os que sobressaem pela permanência, como é o caso do de saúde.

* Educador, assessor da Secretaria Estadual de Educação do Estado do Rio de Janeiro e colaborador da FASE. Artigo escrito em agosto/88.

Até aí nada de particular. Essas são algumas das especificidades do ciclo de vida dessas formas associativas urbanas, não só em São Paulo, mas na quase totalidade das metrópoles da periferia capitalista. Como pano de fundo uma modalidade de crescimento econômico que exclui a imensa maioria dos "benefícios do progresso". O fato de ocupar o lugar de coração da acumulação do capital no país, não eximiu São Paulo de ostentar cifras sócio-econômicas tão perversas quanto as de outras regiões. Concedeu-lhe, sim, na exacerbação do contraste entre acumulação e paupérie, mais uma triste posição de destaque. O fenômeno urbano condensado, ao mesmo tempo que diversificando, velhas e novas contradições. Vide, por exemplo, no campo habitacional, o estilhaçamento do eterno problema da moradia, em drama dos favelados, dos quase centenários cortiços, dos "sem-terra", dos mutirantes "invasores", dos mutuários inadimplentes, sem falar dos iludidos pelo engodo dos loteamentos irregulares.

O que parece haver de característico e, em certa medida, intrigante, é a diversificação de seus organismos de representação popular, que em dados momentos tem debilitado o poder de pressão desses setores diante das instituições públicas. Na realidade, os próprios participantes dos movimentos vêm sensibilizando-se com esta situação. Talvez, possa-se falar da existência de um crescente desejo de equacionamento e formulação das reivindicações populares, no âmbito das próprias políticas sociais e, quando em vez, observando-se a cidade como um todo. Os diversos encontros e articulações de natureza inter-regional surgidas nos últimos anos, notadamente, nas áreas de saúde, transporte e moradia, ainda que de modo bastante incipiente, testemunham essa hipótese. Ademais, o recente processo de elaboração da nova Constituição, com todos seus senões, foi outro fato político de envergadura que permitiu um esboço de ação global e unificada sobre temas de interesse nacional, dentre os quais o da reforma urbana.

Seria ingenuidade, porém, ignorar as variações que esse quadro sofre de acordo com as conjunturas políticas. Em pouco mais de uma década, em pelo menos duas ocasiões o movimento popular alcançou um expressivo grau de unificação na

Grande São Paulo: quando do Movimento do Custo de Vida, posteriormente transformado em Movimento Contra a Carestia e nas já emblemáticas greves do ABC. Não nos interessa tratar dessas lutas aqui e agora. Lembramo-nas exclusivamente com a intenção de resgatar a dimensão histórica das práticas de enfrentamento social relativizando, assim, o quadro atual de atomização. Se essas ações coletivas só podem ser entendidas dentro de nosso contexto estrutural de segregação sócio-econômica, política e cultural, será no espaço de determinadas conjunturas que elas expressarão suas potencialidades e limites enquanto movimentos reivindicatórios urbanos. Que elas poderão exibir essa ou aquela abrangência de organização, conquistar tais ou quais vitórias, assumir um maior ou menor papel no embate das forças sociais.

Nossa intenção é procurar entender o contexto, as origens e a evolução desses movimentos na cidade de São Paulo. Traçar uma panorâmica, focando em dados momentos influências significativas que sofreram e, a partir daí, inventariar algumas pistas que expliquem sua diversidade.

Referimo-nos aos MPUs que floresceram nos anos 70 e desdobram-se até hoje. Nossa intenção, obviamente, é bastante aproximativa. É de desenhar um simples painel. Alguns dados e informações são atualizados, outros, um pouco menos. Frente à amplitude dessas iniciativas, optamos por lidar com as mais conhecidas e de corte popular e, delas, arriscamos algumas hipóteses de caráter mais geral que, decerto, não corresponderão inteiramente às realidades específicas de cada movimento.

Realizamos quatro entrevistas: Pe. Ticão, coordenador dos movimentos dos sem-terra na Zona Leste; Zulmira G. Alvarenga, liderança do Movimento de Saúde da mesma região; Silvio Cacciabava, presidente da Pólis, entidade de estudos, formação e consultoria em políticas sociais; e Alberto L. Megia, ex-coordenador da FASE-SP e, atualmente, na assessoria nacional dessa instituição. Especialmente dessas duas últimas extraímos muitas idéias para o presente trabalho. A todos, agradecemos.

Mega São Paulo

São Paulo é uma megalópole. As estatísticas e números a respeito de seus indicadores sociais são de uma ordem de grandeza astronômica e ofuscam com facilidade qualquer intenção de análise e sistematização de seus problemas.

Antes de expormos as tradicionais referências de contingente populacional, condições ambientais, informações sobre saúde, salários e outras, indis-

pensáveis à caracterização da vida social, relataremos um episódio que ilustra com intensidade a vida do paulistano.

Há dois meses atrás, a queda de três adutoras da Secretaria de Abastecimento do Estado de São Paulo (Sabesp), na Zona Sul da cidade, condenou três milhões de pessoas ao desconforto de um caótico racionamento de água, por mais de 15 dias.

Segundo o jornal **Folha de São Paulo**, o prejuízo da empresa foi de no mínimo um bilhão de cruzados, num momento em que o estado via-se, forçado pelo Governo Federal, a tomar empréstimos junto à rede bancária para quitar suas dívidas. A mesma **Folha**, imediatamente, cunhou não sem leve ponta de ironia, de os "Sem-Água" a população atingida por essa megatragédia cotidiana.

Esse acontecimento, por si só, revela tanto a vulnerabilidade, quanto a proporção dos problemas urbanos dessa cidade de feições agigantadas, onde atualmente no conjunto de sua região metropolitana habitam cerca de 15 milhões de indivíduos.¹ A maioria dessa população é composta de assalariados mal remunerados que, entre 1959 e 1984, tiveram que suportar um decréscimo do salário mínimo em termos reais, de mais de 55%.² Esses mesmos trabalhadores quer pela baixíssima renda familiar que dispõem, quer pela notória incompetência e elitismo das políticas habitacionais, moram em condições visivelmente precárias. **O processo de assentamento urbano refletiu e continua refletindo as desigualdades sociais, reservando as zonas centrais e mais bem equipadas às camadas de médio e alto poder aquisitivo e segregando nas periferias distantes o conjunto da população trabalhadora.** Apenas nos anos 80 foram agregadas à mancha urbana da cidade 480 km² dessas áreas,³ em geral, desprovidas dos serviços indispensáveis ao bem-estar do trabalhador e da sua família.

Ruas sem pavimentação, casas em boa parte autoconstruídas e com péssimas condições de higiene e saneamento compõem o retrato padrão dessas regiões. Acredita-se que um terço da população de SP erga suas moradias com seu próprio esforço e durante seu minguado e valioso "tempo livre".⁴ Isto nos indica a extensão da exploração — da fábrica ao bairro — a que estão submetidos os trabalhadores e põe a nu o descaso e o omissivo barateamento dos custos de reprodução da mão-de-obra, nessa exemplar metrópole do subdesenvolvimento industrializado.⁵ Mão-de-obra que ainda é obrigada a gastar entre três e quatro horas, nos quase sempre dispendiosos e desconfortáveis transportes coletivos.

Dados colhidos em pesquisa efetuada, em 1984, por técnicos da FASE-SP,⁶ mostram que a cidade possuía, então, 125 mil cortiços em franca expansão, tanto no sentido de seu contingente

absoluto, quanto no crescimento dessa modalidade subnormal e promíscua de habitação nas zonas periféricas.

Os números sobre o processo de favelização são igualmente alarmantes. Entre 1974 e 1984, somente no município de São Paulo, o total de favelas cresceu em 182% e a população favelada 684%, ultrapassando o patamar de 1,5 milhão de pessoas.⁷

O mesmo trabalho denuncia a debilidade das condições de saneamento da cidade, que, no início dos anos 80, mantinha inacessível ao seu sistema de esgotos 60% da população. Associe-se a isto índices de poluição ambiental — sonora, atmosférica e da água dos córregos e mananciais — dos mais elevados do mundo inteiro e compreenderemos a verdadeira coleção de distúrbios a qual está sujeita a saúde do paulistano médio. Irritação nos olhos e inflamação do aparelho respiratório são duas das mais comuns implicações desse quadro, que possui suas maiores vítimas entre as crianças. Não são poucas as que nascem com problemas congênitos. Não é baixa a mortalidade infantil. São muitos os óbitos causados por doenças infecciosas e parasitárias.

As cifras referentes à limpeza pública, à violência social, ao contingente de menores abandonados; condições de ensino e rede hospitalar não-pública e tantas outras que definem o padrão de vida de uma dada população, infelizmente, não são mais animadoras que as expostas. Quer pelos limites e propósitos deste texto, quer pela inutilidade de desfilarmos um acachapante e superconhecido quadro de carências, evitaremos dispô-las aqui.



¹ KOWARICK, Lúcio e CAMPANÁRIO, Milton — "São Paulo: Metrópole do Subdesenvolvimento Industrializado", *Revista Novos Estudos* nº 13, out. 1985, SP.

² Dados do DIEESE, de 1975, colhidos do artigo citado acima.

³ Idem a nota nº 2.

⁴ Idem a nota nº 2.

⁵ Expressão extraída do título do artigo de Kowarick e Campanário.

⁶ FASE/São Paulo — "Pesquisa sobre Movimentos Populares Urbanos da Grande SP", publicação interna, 1985.

⁷ Idem a nota nº 6.

Há, contudo, um dado de exceção neste panorama sombrio: o abastecimento de água. Este, devido a maciços investimentos feitos pelo poder público a partir da metade dos anos 70, no início da década atual tocava níveis satisfatórios, com 94,5% de domicílios atendidos. Embora correndo o

risco de estabelecermos relações simplistas e mecânicas, é interessante sublinhar que foram muitas e significativas as mobilizações pela ampliação e regularização da rede d'água do município naquele período.

As peças básicas da trama urbana

O grau de deterioração da vida urbana em SP afeta a todos. Uma metrópole que comporta em seu cotidiano um acidente de características e proporções tão espetaculares quanto o da queda das adutoras é uma cidade onde inexistem soluções fáceis. O volume de suas carências é desalentador e, há que se reconhecer, de difícil equacionamento, a despeito da orientação político-administrativa no poder. **A constatação da magnitude dos problemas e da complexidade de possíveis soluções concretas numa metrópole de 15 milhões de habitantes é uma questão de bom senso. Técnico-política também. É muito difícil alcançar-se um equilíbrio. O aparato necessário de equipamentos sociais é inevitavelmente deficiente. E, dependendo da correlação de forças, ele será mais alocado em tal ou qual área, refletindo no perfil da cidade o confronto de interesses entre os inúmeros segmentos e classes sociais.** Portanto, este é um problema administrativo real. São Paulo perdeu o controle de sua própria reprodutibilidade. Mas não é uma fatalidade como o impacto que seus números sugerem e certas concepções tecnocráticas sustentam. Em verdade, o urbano não pode restringir-se a essa fenomenologia que burila um rosário de privações, de imediato, tributadas aos "traumas do progresso" e/ou ao "preço do desenvolvimento".

O grande mérito de três livros produzidos e publicados, não por mera coincidência em São Paulo, foi, precisamente, (des)montar esse caos com uma linguagem simples, compreensível e racional. Seus títulos são verdadeiros motes devido a capacidade de síntese que encerram sobre o assunto: **São Paulo 1975: Crescimento e Pobreza**, no qual se destaca o capítulo "A Lógica da Desordem"; **A Espoliação Urbana e O Povo em Movimento**.⁸

Sim, São Paulo é uma megalópole e seu crescimento desproporcional afeta a todos — parecem dizer as análises contidas nestes livros. Porém, de maneira diferenciada: criando incômodos e causando preocupações em certos bairros mas alcançando limites insuportáveis e quase catastróficos em outros, a exemplo das regiões periféricas. À desigual concentração e apropriação da riqueza social cor-

responde um desenho de contornos semelhantes na configuração do espaço urbano. Expressão disso é o desequilibrado acesso que seus habitantes têm aos bens e serviços que estruturam a cidade. Tanto os individuais — alimentos, roupas, utensílios domésticos, livros — limitados pelos baixos salários, quanto os coletivos — transportes, limpeza pública, lazer, escolas — em função da seletividade de investimento dos setores público e privado.

A lógica é a do capital, da rentabilidade. O formato é um círculo-ciclo vicioso, onde as áreas valorizadas são as que desfrutam de melhores equipamentos urbanos, os quais, por sua vez, são instalados com prioridade nesses mesmos lugares. O fenômeno da valorização imobiliária tem se constituído ao longo das últimas décadas num forte e indireto mecanismo de segregação sócio-espacial.

A especulação imobiliária através da retenção de terrenos é outro dispositivo que tem acompanhado o processo de periferização da cidade. No conhecido e estudado "Padrão Periférico de Crescimento Urbano", é regra a criação de "vazios" entre um loteamento e outro, de tal forma que com a chegada de alguns serviços — transporte, por exemplo — ao ponto extremo loteado, as áreas retidas para fins especulativos têm imediata valorização. A amplitude desse processo de consequências sociais nefastas e que transfere para o valor da terra, direta e antecipadamente, a benfeitoria pública é enorme. Atinge, hoje, em volta de 40% da área disponível para edificações em São Paulo.⁹

Nessa desordenada ocupação do solo paulista, que tomou firme impulso desde o pós-guerra, as agências governamentais têm se omitido de seu papel de ordenadoras das questões ligadas ao encorpamento da cidade. Em última instância, das responsabilidades de reprodução da força de trabalho, que decorre da cada vez mais acentuada intervenção do Estado na produção, distribuição e gestão dos serviços de consumo coletivo. É historicamente recente a criação de instrumentos legais de combate e regulamentação dessas atividades ilegítimas do ponto de vista social e muito pouco rigorosa a sua aplicação. Na verdade, essas definições públicas de aparente neutralidade são resultantes de sinuosas operações políticas, protagonizadas pelos repre-

⁸ O primeiro foi editado em 75, pela Loyola e é um estudo de vários autores, realizado para a Comissão de Justiça e Paz de Arquidiocese de SP. O segundo é de autoria de Lucio Kowarick. O último saiu em 1980, pela Vozes/Cebrap, sob a organização de Paul Singer e Vinicius C. Brant.

⁹ Revista *Novos Estudos* nº 13.

sentantes dos mais variados interesses sociais. Uns mais, outros menos, os governos estaduais e municipais que se sucederam nas décadas recém-passadas têm se limitado a acompanhar com investimentos públicos os irregulares vetores de expansão da cidade; em *off* a batuta seca e gananciosa do sistema imobiliário-construtor.

Com tal organização do espaço urbano, as próprias relações intercomunitárias são prejudicadas pelo crescimento difuso das periferias e cidades-dormitórios. Não há dúvida: empurrados para as franjas da urbe os setores populares têm sua capacidade de integração social e política dificultada. As distâncias são enormes e o tempo disponível para o trabalho organizativo voluntário é curto. Para termos uma idéia, as regiões de São Paulo são maiores que muitos municípios pelo país afora e têm uma vida própria com políticas públicas específicas.

Esta situação agrava-se com o volumoso sentido de imigração que despeja por ano uma média

de 500 mil "novos paulistas"¹⁰ e faz de São Paulo o principal pólo migratório do País. Um perfeito caldeirão cultural de profundo e agudo sentimento pluralista. Há bairros de periferia de composição hegemonicamente nordestina onde inexistem raízes locais. São identidades em mutação. Todos têm hábitos e valores a preservar e a adquirir. Trata-se de grupos desprovidos de uma história de lutas comum, alojados em bairros de recente constituição e débil memória social.

SP Mega, eis aí um primeiro elemento para compreender-se a pulverização das suas entidades e movimentos reivindicatórios, pois seu desenvolvimento caótico provoca a emergência de anseios e expectativas tão díspares quanto os segmentos populacionais que o integram. É um elemento de contextualização, ao qual desejamos acrescentar mais alguns, antes de examinarmos a evolução e pulsação interna das práticas populares de associação e mobilização.

O movimento sindical



Foto: Ary Costa Pinto

Sede de vasto e avançado parque industrial e centro dinâmico privilegiado da economia brasileira, a Grande São Paulo é o pólo mais moderno da sociedade. É o centro do capital e do trabalho. Por excelência, um palco de polarizações. Manifesta suas contradições fundamentais das formas mais sutis e refinadas, às mais duras, cruas e diretas, seja no sentido dos vínculos do trabalhador com a cidade, seja no plano das relações de trabalho propriamente ditas.

É o pólo sindical de maior ressonância do País. E, na dinâmica dos setores dominantes, é para

onde estes convergem suas atitudes e estratégias mais contundentes. É aí que as classes sociais produzem de forma mais radical e profundamente orgânica seus líderes. Quem, afora a "Paulicéia Desvairada", poderia eleger num mesmo pleito, com igual e destacada preferência, representantes tão antagônicos quanto Lula e Afanásio?

Nesse contexto, do ponto de vista da unificação dos MPUs duas questões avultam. Uma, relativa à primazia e à força do sindicalismo paulista. Outra, em boa medida, contrapartida desta, refere-se à agressividade do capital, quer por intermédio de suas entidades próprias — das quais a Fiesp é a mais conhecida e poderosa — quer pelas mediações de seus representantes colocados nas diversas ramificações do poder público.

Embora restrita, a experiência do cruzamento do movimento popular com o sindical aponta para uma lógica na qual é clara a relevância do segundo. As greves do ABC em 78-80 foram um desses momentos. Nelas forjou-se um sentimento de que a luta era uma só, no bairro e na fábrica. Apesar de ter eclodido pouco antes, o Movimento do Custo de Vida (MCV) foi praticamente sincrônico a essas grandes mobilizações metalúrgicas, tendo desempenhado um importante trabalho de retaguarda na organização do fundo de greve. É inegável, porém, que a partir de um dado momento a luta operária ocupou todo o campo visível do confronto, tendo o MCV se voltado mais para um papel de apoio. Suas bandeiras e toda sua estrutura característica foram absorvidas pela pujança do confronto na esfera produtiva.

¹⁰ Revista *Novos Estudos* nº 13.

Apesar de ser um fato específico condicionado por uma conjuntura histórica bastante singular, é possível deduzir-se que no cenário paulista os atos cruciais do embate social terão o primeiro plano ocupado pelo movimento dos trabalhadores. As greves golpeiam a produção no seu cerne, as mobilizações urbanas não tão diretamente. Dessa ótica, os MPUs têm seu papel relativizado em São Paulo. **Qualquer articulação que, porventura, reúna todos os itens envolvidos na luta pela cidadania, terá ainda um caráter parcial, caso as organizações sindicais fiquem alheias. Em consequência, é provável que a solidez e o sentido mais permanente de eventuais tentativas de unificação dos MPUs estejam de forma inevitável, quase simbiótica, ligadas ao estabelecimento de canais de aliança com o movimento fabril.**

Mas esta supremacia não pode confundir-se com uma ortodoxia que tende a considerar de dinâmica anticapitalista as mobilizações gestadas e ocorridas na produção e, "reformistas" e "secundárias", as que se dão a nível dos bairros. É corrente e acentuado em São Paulo uma certa tendência a superestimar-se a atuação no meio sindical. Trata-se de um valor interno ao próprio movimento que perpassa a todos. Sindicalistas, agentes externos e militantes partidários, entidades de educação popular e intelectuais, costumam representar a militância nos sindicatos como sendo de qualidade superior à dos bairros.

Num país de altas taxas de desemprego, de grande mobilidade ocupacional e com um contingente considerável de sua mão-de-obra, exposto às entressafras empregatícias da construção civil, encerrar com reticências as possibilidades de associação ao nível da moradia, é mais do que desaconselhável. É incorrer numa atitude que, na verdade, deita raízes no início dos 50, quando o Partido Comunista absteve-se de colaborar na edificação das Sociedades de Amigos de Bairro (SABs), revelando, então, um desconhecimento das nuances do processo de industrialização brasileiro e, em particular, das inclinações explosivas que o crescimento urbano de São Paulo começava a apresentar.¹¹

Com efeito, para os MPUs, essa hierarquização entre as lutas sindicais e as dos bairros tem criado um problema de formação e renovação de lideranças. A concentração destas no setor operário, corresponde um certo esvaziamento qualitativo e quantitativo nas entidades de solidariedade e coesão comunal. Essa deficiência agrava-se tanto pela ausência de uma infra-estrutura mais sólida (espaços de encontro; finanças; dificuldades de intercâmbio) quanto pela própria tendência à descontinuidade que esses movimentos têm revelado. Impõe-se, assim, a necessidade de uma reflexão recí-

proca no meio sindical e de bairros sobre suas identidades e, em particular, sobre os significados mais profundos e não tão circunstanciais das práticas que demandam por equipamentos e serviços coletivos.

No espaço coletivo e político da cidade os interlocutores dos movimentos são as diversas agências estatais. São elas que administram esse território de expansão incessante e conflitiva. Dada a ascendência de São Paulo sobre o conjunto da sociedade, qualquer tentativa de articulação mais abrangente se constitui numa ameaça a ser dissolvida. São Paulo não comporta um desequilíbrio que penda para o popular na sua correlação de forças. Esse é um princípio básico que os sucessivos governos municipais e estaduais, que testemunharam a partir da segunda metade dos anos 70 o ressurgimento dos MPUs, têm seguido. Os métodos variam e se combinam — cooptação de lideranças, discursos pseudoprogressistas, violência, setorialização do atendimento — mas a atitude é sempre a de impedir a expressão política e autônoma dos trabalhadores. Notadamente, aquelas que tiveram a pretensão de consolidar formas mais estáveis e superiores de solidariedade popular, como o MCV, a campanha por creches, a luta dos mutirantes, dos loteamentos clandestinos para ficarmos em alguns exemplos pinçados aleatoriamente.

Eder Sader chama a atenção para o fato de que o Estado, além de impor uma certa linguagem, impõe também um ritmo aos movimentos. Estes, por seu turno, por mais que aparentem o contrário, não se desenvolvem de modo exterior aos aparelhos estatais.¹² Muitas vezes, sim, de forma independente. Mas, a rigor, sempre em relação àqueles. Nesse sentido é impossível escapar-se ao jogo político. Ao embate de propostas na luta pela hegemonia social. Nos anos 70, a lógica era bem mais simples, "eles" lá, "nós" aqui. Nos anos 80 a tônica tem sido outra e o desenvolvimento e o desenlace das ações têm se dado pela capacidade de antecipação e planejamento, pela destreza em operar no campo adversário e pela competência em se formular alternativas viáveis e bem fundadas, que as diversas partes em luta eventualmente demonstrem.

A nível do Estado, outro fator que dificulta uma dinâmica mais contínua dos movimentos e que em São Paulo assume proporções devastadoras é a descontinuidade administrativa. Por estarem quase sempre em oposição ao poder público, os movimentos populares ressentem-se da sua (ir)racionalidade, ciclicamente marcada pelas inevitáveis e abruptas desacelerações de projetos e pelas mudanças de quadro técnico, tão usuais no início de cada nova gestão.

A Secretaria da Família e Bem-Estar Social (Fabes), durante o governo Covas, era o órgão com

¹¹ MOISÉS, J. Álvaro — "Experiências de Mobilização Popular em São Paulo". Revista *Contraponto*, Centro de Estudos Noel Nutels, set. 1978, RJ.

¹² SADER, Eder — "Movimento Popular Urbano", FASE, 1984.

maior credibilidade junto às organizações populares. Era a ponte entre o Estado e os MPUs. Uma referência de fato. Acolhia entre seus quadros uma verdadeira seleção de assistentes sociais comprometidos com a luta dos bairros. Jânio ao assumir simplesmente aboliu-a e criou a Secretaria de Defesa Social. Essa descontinuidade é fortíssima no conjunto de nossa sociedade e lança todos os projetos e programas públicos de interesse mais social ao sabor das injunções do poder. Isto é, a estrutura administrativa é excessivamente colada à política. Para termos uma idéia, se bem que agora no plano

estadual, quando Quércia toma posse, automaticamente ele passa a ter à sua disposição um total de quase 150 mil cargos. Trocando em miúdos, de 50 a 60% do aparelho administrativo.

Dimensionadas a amplitude e a agudeza que as reivindicações urbanas adquirem em São Paulo, pelas características de ponta que desempenha em nossa formação social, é hora de olharmos os diversos movimentos mais de perto, buscando suas características e palpitações internas nas várias molduras conjunturais.

O movimento popular

Anos 50: SABs, a marca da ambigüidade.

Pós-64: dissolução total.

De 70 a 74: cooperativas de alimentação, grupos de mães, de jovens, grupos femininos, comissões embrionárias das lutas por água, creche, saúde e educação, cursos de alfabetização, evangelização, pastorais e CEBs. Muitas CEBs. Do isolamento à ajuda mútua. Uma ampla rede de fraternidade e solidariedade tecida de forma pouco visível à época, molecular.

Segunda metade dos anos 70: MCV, movimento de Saúde da Z. Leste, Movimento de Transporte da Z. Sul, movimento de creches espalhando-se por todas as direções, o de loteamentos clandestinos nas Z. Sul e Leste, a luta pela urbanização das favelas e pela posse efetiva de seus lotes. As greves do ABC. O Partido dos Trabalhadores. Dos grupos de base aos movimentos sociais. Fim do AI-5, anistia, retorno dos exilados, relativa liberdade de imprensa e vitória esmagadora do partido de oposição consentida em 78. Início da transição "por cima".



De 80 a 84: comissão de transportes, conselhos de saúde, coordenação do movimento de creches, invasões de terras, mutirantes, mutuários, I Encontro de Movimentos de Moradia. Os diversos movimentos esboçam uma maior articulação. Da resistência democrática à oposição social. Ampla vitória das oposições nos pleitos estaduais de 82. Algumas prefeituras de gestão popular. A gigantesca **campanha pelas diretas**...

Pós-84: morre Tancredo, assume Sarney. Basicamente os mesmos movimentos. Basicamente os mesmos esforços por coordenações mais abrangentes. Basicamente os mesmos políticos. Basicamente as mesmas políticas. Uma certa perplexidade na dita transição. Um certo repensar sobre os MPUs. Nova Constituição.

A razão cínica no poder. Descrença

Nem didatismo, nem deleite estilístico, um roteiro incompleto. Algumas referências políticas. Os principais movimentos. Anotações arbitrárias que nos alforriam, agora, de qualquer compromisso com um relato demasiadamente linear e empirista sobre os MPUs de São Paulo.

CEBs: breves traços

Na asfixia dos anos 70 as CEBs foram a grande alternativa popular. Embora o estímulo da Arquidiocese e de suas paróquias fosse voltada para toda a sociedade civil, foi na direção das camadas desprivilegiadas da população que parcela considerável do clero e dos ativistas cristãos lançaram seus esforços.

Já é lugar-comum falar dos fatores externos e dos inclusivos à Igreja Católica, que convergiram naquele momento para que ela assumisse o papel que lhe coube. É corrente a análise de que a **repressão aos tradicionais canais de participação** — sindicatos, partidos, associações — levou a população pobre a procurar os espaços da instituição eclesial a

qual, por sua vez, passava por profundas transformações. Apesar da complexidade do fenômeno das CEBs e da sua extrema diversificação, gostaríamos de nos deter um pouco nessas experiências que marcaram de modo profundo a natureza dos MPUs de São Paulo.

Foi o trabalho de resgate dos direitos humanos que possibilitou a Igreja encontrar o denominador comum para organizar o povo nos bairros pobres. Além de ter sido uma alternativa institucional de reunião, ela pôde oferecer o exercício da reflexão, indispensável ao crescimento humano e a conscientização individual e coletiva dessa população a respeito do lugar social que ela ocupava no tecido áspero da grande metrópole.

Num primeiro momento, essas novas perspectivas teológicas foram divulgadas e sedimentadas através dos tradicionais cursos de evangelização, das novenas e dos círculos bíblicos. Posteriormente, as CEBs propriamente ditas, por intermédio de seus grupos de reflexão ligados às problemáticas locais, foram desenvolvendo uma rede fraterna e solidária, que ao contrapor os "casos da vida" com a palavra de Deus, desvendou os contrastes sociais, a "obra dos poderosos".

A vivência comunitária é o núcleo da prática religiosa e da ação cívica possível. É nesse espaço delimitado, dos "iguais", que se elege e pratica uma ética social embasada nos valores essenciais da cidadania, de suma importância para a afirmação dos setores populares. Surge uma inequívoca postura política calçada na dignidade humana: trata-se de exigir justiça e não de impor favores. A enraizada atitude dos mais pobres procurarem apadrinhamento nos mais ricos, ou seja, a intermediação destes junto aos aparatos estatais é questionada com vigor nesses microuniversos. A base desse impulso, a exigência cristã de igualdade.

Essa realidade, porém, não era comum a todas as paróquias e CEBs. Imersa no contexto social, a Igreja sempre comportou visões plurais dentro de si, as quais nos desautorizam supor que essas mudanças se deram sem amplas e acirradas disputas. Mas, com o correr dos anos, o que se viu foi a face da Igreja popular prevalecer, deslocando a natureza de sua pregação, do consolo assistencial para o estímulo político-organizativo.

Em São Paulo, o envolvimento com os MPUs aprofunda-se mais ainda com o caráter assumidamente progressista de sua hierarquia eclesial. Expressão disso é o alcance que os Centros de Defesa dos Direitos Humanos (CDDHs) possuem. Vinculadas à estrutura católica, essas entidades de assessoria jurídica são formadas por advogados leigos que atuam ao lado e a favor das lutas populares. Hoje em dia, existem aproximadamente 20 centros espalhados pela cidade, o que equivale, e é até superior, as presentes 17 administrações regionais. Cobrem,

assim, todas as áreas de conflito, desfrutando de uma credibilidade ímpar junto às organizações populares, independente das colorações partidárias de suas lideranças.

SABs nos anos 50, CEBs nos 70

(da politicagem à política comunitária)

MPUs SP. Não há como escapar à tentação de sistematizá-los segundo um modelo que os divide em duas grandes fases: uma primeira, com a formação das SABs nos anos 50 e uma segunda, da qual já estamos tratando, com o surgimento das CEBs nas periferias da cidade na década passada, e que a grosso modo e a despeito das subdivisões conjunturais que demarcamos, estendem-se até hoje.

Por conta de sua história de opções ambíguas, as SABs, quando necessário, não puderam oferecer aos setores oprimidos, nada que as comunidades eclesiais o fizeram. Ao contrário, a simples instituição de novas formas de sociabilidade comunitárias, concretizadas pelo exercício do voto, da decisão coletiva e pela negação de esquemas presidencialistas e burocráticos de gestão, mesmo que de viés, acabaram por representar uma crítica implacável a maioria destas sociedades.

As SABs já nasceram com uma ambigüidade congênita. Sempre estiveram com um pé nos gabinetes e, com o outro, de quando em vez, nas lutas dos bairros. Foram as primeiras e mais elementares articulações populares voltadas para os problemas urbanos que despontaram no pós-guerra, ao mesmo tempo que encorporaram e difundiram-se, de fato, no início dos anos 50 pelas mãos trêmulas e ávidas do então jovem Jânio Quadros. Durante as eleições, ele as transformou em comitês eleitorais e, depois de eleito, fez delas correias de transmissão de seus desatinos administrativos. Com o passar do tempo essa dependência aos aparelhos de poder ao invés de ser rompida, foi acirrada. No governo Faria Lima (65/69), quando fundaram-se as administrações regionais, elas se associaram de forma praticamente irreversível a esses órgãos públicos, tendo sido convertidas em meras engrenagens da máquina política da antiga Arena. Nos anos 70 essa situação pouco se transformou e elas foram totalmente atropeladas pelas formas associativas emergentes.

Do período germinal dos anos 70 interessantes reter alguns aspectos. De fato, houve uma relativa politização do cotidiano da população mais atenta e organizada. Embora sua expressão ainda tenha ficado, em boa parte, circunscrita a ações nos bairros, ou melhor, na busca de soluções internas e ao alcance das próprias mãos, as comunidades foram levadas a projetar seus interesses para além das fronteiras imediatas das reivindicações por melhores condições de vida. Nesses espaços de reflexão, as carências comuns foram assumindo uma articulação evidente com a noção de direitos básicos.

No campo das representações instituídas pelos seus participantes, não era só a conquista de certas demandas que estava em jogo, mas o direito à organização e expressão, enfim, à participação social. Assim, tratava-se também do desejo de construir sobre outras bases — mais humanas, solidárias e menos desiguais — a organização da sociedade. Vinculava-se, mesmo que não de todo consciente, a um projeto de auto-afirmação desses segmentos. Ter voz, espaço e poder.

A função educativa dessas práticas embrionárias de participação foi inequívoca. Lugares de resgate de uma auto-estima esfacelada, foi aí que a redefinição de uma determinada identidade popular veio fazer-se. O dia-a-dia, o privado, as carências e infortúnios sendo trabalhados, essencialmente, como troca de experiências, de conhecimentos e informações, num processo de encadeamento de novos elos pautados no companheirismo irrestrito. Nítida atitude de resistência ao clima social de medo dos primórdios dos anos 70.

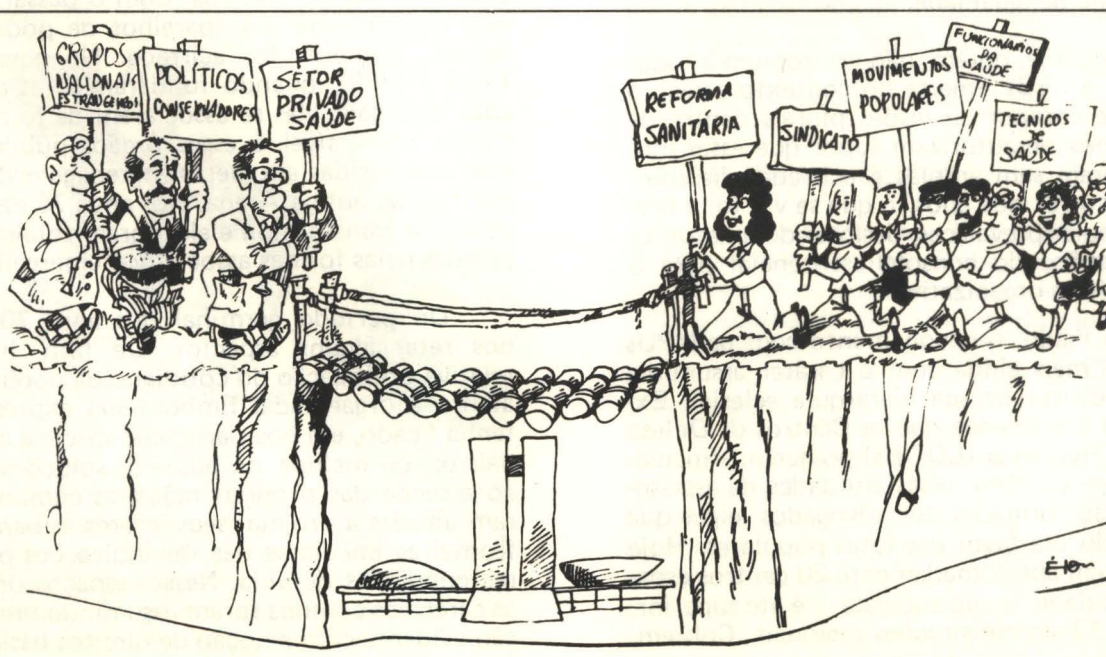
Com efeito, elas eram dotadas de cunho altamente pedagógico: divisão em grupos de discussão, pautas, cartilhas, eslaides, treino da oratória, leituras críticas mas acima de tudo o exercício do voto. “Nossa” democracia, “nossa” índole popular e democrática, parecia-se afirmar. Questionava-se tanto o monopólio do poder, quanto a exclusividade do saber. Ter conhecimento. Aprender a pesquisar, a diagnosticar uma dada realidade para então transformá-la através da luta. Eu penso, logo, luto. Luto, logo, sou.

É provável que os efeitos mais duradouros desse aprendizado tenham ocorrido no campo de renovação de uma desgastada cultura política, pela vivência e incorporação de novos valores relativos à dinâmica organizacional e comportamental. No pri-

meiro nível, pontifica a experiência da democracia de base e direta. No segundo, pode-se lembrar a entrada das mulheres no âmbito da política, colocando em xeque velhos e arraigados preconceitos. Via Igreja, local que sempre lhe foi tolerada a presença, ela alcançou a rua e a política, desafiando de uma só vez dois tabus. Esses exemplos ilustram vivências que se tornaram patrimônios culturais, elementos de uma nova sociabilidade.

Esse aguçado padrão de solidariedade interna, somado a elementos de outra ordem, criou uma certa alergia institucional, de fortes reflexos sobre as relações com as SABs, partidos políticos e sindicatos. Implicou em enorme sentimento de independência e autonomia diante destas instituições. As heranças mais coladas àquele período de associação urbana, SABs, e, sindical; os interventores e o sindicalismo pelego e populista, não eram das mais estimulantes. Pior ainda ao nível das políticas partidárias — o conservadorismo, o populismo e o vanguardismo — todas profundamente imbuídas de uma concepção autoritária de “fazer política”, na qual a participação popular é entendida como simples adesão incondicional, respectivamente a candidatos, soluções paternas e utopias pouco tangíveis. A opção pela autonomia dessas parcelas atuantes representava, portanto, o desejo de não compartilhar métodos desacreditados nem de subordinar seus fins àquelas instituições. Encarnava o anseio de tornar-se um sujeito social. Por outro lado, a própria noção de comunidade, entendida como o espaço dos “iguais” e da produção do “autêntico”, reforçava esse espírito.

Toda essa rede molecular de ação e o vasto universo de significações por ela construído, tanto no que se refere aos seus limites, quanto às suas potencialidade, viria deslocar-se “para fora” na conjuntura seguinte.



MPUs: o acerto do foco

A partir de meados da década anterior, essas iniciativas passam por um amplo processo de expansão e voltam-se de forma mais incisiva contra o Estado. Desse prisma é que dizemos, dos grupos de base aos movimentos sociais. No plano organizativo, essa passagem pode ser ilustrada pelo fato de que, sem perder um pinga de sua enorme influência sobre a população dos grupos de mães, de jovens, de algumas pastorais, do pessoal de seus cursos de alfabetização e evangelização, a Igreja teve vários desses grupos articulados, ou mesmo desdobrados, em entidades da sociedade civil dirigidas para demandas específicas, cuja a estrutura de decisão, frequentemente, não passava pelo Conselho Paroquial.

O confronto deixara de ser latente. A conjuntura era outra. É possível que o momento de inflexão na resistência ao regime em São Paulo tenha ocorrido no culto ecumênico celebrado na Catedral da Sé, em memória de Vladimir Herzog e em repúdio à ação repressiva da ditadura, à qual acorreram mais de 8.000 pessoas. A sociedade civil despertava e fortificava-se através das lutas estudantis, com o desafio à censura por parte dos jornalistas, com as declarações públicas a favor dos direitos humanos pela hierarquia eclesiástica e com uma ou outra pequena paralisação operária.

Veio o MCV, depois as greves dos metalúrgicos. O primeiro constitui-se no desaguadouro natural de todas as reivindicações específicas anteriores. Trazendo para si toda a gama de grupos, entidades e movimentos, coesionados em torno da bandeira central do custo de vida, pôde-se ouvir e ver publicamente o que em círculos restritos e à boca miúda era mais do que evidente: o profundo descontentamento popular com suas condições de sobrevivência. O grande mérito desta luta foi ter remetido uma causa do cotidiano direto ao poder central.

O segundo deslocou o eixo das manifestações para o movimento fabril. Revelou-se nesse episódio a extensão da solidariedade gestada no campo da oposição ao regime, com o amplo apoio dedicado aos grevistas por intelectuais, artistas, representantes de várias categorias de trabalhadores e de alguns deputados e senadores que acudiram até à zona do conflito. A medida dessa solidariedade pode também ser aferida no 1º de Maio de 1979, em São Bernardo, quando mais de 100 mil pessoas estiveram presentes. Some-se a isso a indiscutível vitória oposicionista no pleito de 78 e teremos uma aproximação do contexto político mais amplo da época.

A chamada "reabertura" refletiu a necessidade dos governantes adaptarem-se a uma nova realidade que ameaçava escapar-lhes do controle, embora não antecipasse uma crise imediata, nem

que fosse tão-só sinal de debilidade. O governo militar, por meio do que já foi chamado de "liberalização interna", buscava, sim, recompor-se face uma nova situação social desenvolvida quase que subterraneamente na sociedade civil, bem como, controlar as fissuras que se haviam aberto em suas próprias bases de apoio, com as dissidências de certos políticos, empresários e, inclusive, de uns poucos militares de alta patente.

É dentro desse clima de greves, eleições e fatos históricos como a anistia e a volta dos exilados, que alguns setores mais ativos dos MPUs começaram a romper, ainda que de modo tímido, o forte sentimento de "exterioridade à política" típico da fase anterior. Para as lideranças de movimentos como o de Saúde da Z. Leste, o de Transportes da Z. Sul, o de Creches, o de Loteamentos Clandestinos, e outros que destacaram-se à época, quer pela amplitude, quer pela capacidade de organização e luta, as bandeiras democratizantes foram de profunda relevância para que o "localismo" fosse cedendo espaço para uma atitude política mais explícita e assumida.

Por outro lado, esse processo de alargamento da consciência construiu-se e sedimentou-se, de acordo com um modelo em que a sociedade civil e o Estado são vistos como dois universos totalmente incompatíveis e em confronto. Na época era mais do que razoável: "eles", os militares, em um campo, "nós", os movimentos populares e democráticos, em outro. As mudanças conjunturais nos anos 80, contudo, viriam explicitar as limitações desse pensamento numa atmosfera social menos sufocante. Antes de analisá-las vamos acrescentar um último ingrediente ao coquetel de concepções dos MPUs paulistas: o PT.

O PT surge em 1978 no miolo dessa mesma efervescência popular. Em larga medida seu aparecimento foi expressão de uma dinâmica que já se dava no interior dos movimentos. É notório que os três grandes pilares de sua edificação foram os sindicalistas autênticos, os setores progressistas da Igreja e as organizações de esquerda. Houve ainda uma nada desprezível colaboração de intelectuais e artistas. Trouxe desde sua origem a sedução de um projeto a ser construído de baixo para cima. Isto representou um conflito permanente entre sua condição de partido legal, sujeito a um rigoroso calendário e às difíceis regras do jogo partidário, e à fidelidade ao seu projeto inicial de inverter a tradicional relação dessas agremiações com as classes subalternas.

Não há como negar que os MPUs de São Paulo nos anos 80 guardam, mesmo que sem nenhuma exclusividade, estreitas afinidades com o PT. Dez anos depois de sua aparição podemos afirmar que ele "mexeu" no caldeirão de representações desses movimentos. Deixou impressas todas suas ambigüi-

dades. O PT cresceu e deixou de crescer muito como partido, através da negação dos outros partidos. Encerram-se, aí, todas suas contradições.

É verdade que ele impôs certos valores, construindo uma ética na qual ampliou-se a idéia do "fazer" político. Legitimou e promoveu ao "status" de Política com P maiúsculo, práticas e "falsas" que até então não desfrutavam de tal reconhecimento. Nessa linha de raciocínio, a eleição, ou as simples candidaturas de trabalhadores urbanos e rurais, no terreno secularmente elitizado do discurso pseudocompetente dos "homens públicos", foi algo bastante positivo, na medida em que questionou as estratégias tradicionais de convencimento político.

Diga-se de passagem, nesse momento boa parcela dos educadores do País discutiam entre si a questão do saber popular, das prováveis articulações deste com o saber erudito. Das relações de poder entre um e outro. Questionava-se o papel dos agentes externos, assim como o próprio conceito de conscientização. Desde Paulo Freire nos anos 60 que essa temática não recebia tamanha atenção. Sem dúvida, ela tinha a ver com a reentrada até certo ponto inesperada dos setores oprimidos na cena brasileira.

Não menos verdade é que o PT sempre teve um discurso voltado para seu interior, cuja contrapartida tem sido uma atitude sectária, avessa às alianças e automaticamente relativa às políticas públicas e suas agências. O que não é de surpreender se considerarmos as forças que sempre lhe deram sustentação. Um bom exemplo disso foi que o governo Covas ofereceu a direção da extinta Fabes ao partido e ele não aceitou. Em consequência, desperdiçou uma experiência administrativa fundamental, que lhe permitiria conhecer por dentro a vida pública, suas limitações concretas, as alianças possíveis, enfim, um outro ponto de vista.

Inventário crítico de uma herança recente

O início dos anos 80 foram pródigos em desvendar os limites dos chamados "novos" movimentos populares urbanos. Recuamos no tempo no firme propósito de sedimentar um terreno sobre o qual pudéssemos, agora, pensá-los criticamente.

Com mais intensidade nos movimentos sob a influência da Igreja e do PT mas, de forma geral em todos eles, tem sido possível observar-se uma noção de processo político profundamente marcada pelo maniqueísmo, na qual a totalidade social é restringida a um confronto entre o bem, os MPUs, e o mal, o Estado. O primeiro como lugar da liberdade, do autêntico e onde os setores populares são sujeitos de si. O segundo, enquanto espaço de repressão, controle e dominação dos últimos. No conflito

entre esses dois campos o resultado só pode ser um: a autonomia ou a cooptação, bitolando, assim, o "fazer político" a dois únicos desfechos.

Em tese, as decorrências são inúmeras. Primeiramente, as contradições dos próprios movimentos ficam encobertas, suas diferenças desfazem-se e, paradoxo maior, se cristalizam, impedindo virtuais alianças com manifestações de natureza semelhante. Apenas nos últimos anos questões como as contradições internas desses movimentos, a importância de entidades que os unifiquem, a avaliação da sua repercussão real sobre a cidade, a representatividade e o papel de outras entidades mais formais e subvalorizadas como as SABs e as AMs, têm sido pensadas de modo mais rigoroso e desarmado. De outro ângulo, a capacidade de se detectar no interior do Estado possíveis focos de modernização e democratização fica abalada por esse olhar simplificado, que vacila em conhecer por dentro as políticas públicas e recusa-se a realizar alianças tanto no próprio campo, quanto no das agências estatais. Com efeito, há um certo isolamento da prática política concreta, na qual as nuances e sutilezas da luta pelo e no poder ficam obscurecidas. É comum ouvirmos declarações de lideranças e agentes pastorais no sentido de igualarem todas as gestões, de Covas a Jânio. Os próprios movimentos representam-se a si mesmos como imaculados, em oposição ao Estado, o elemento diabólico.

Essa década, com impiedade, expôs os movimentos a uma racionalidade exterior às suas. E eles, ainda tomados pelo aprendizado das lutas de resistência do período ditatorial, tiveram grandes dificuldades de se moverem nessa nova arena. A nova sociabilidade gerada no período anterior, não obstante tenha produzido aspectos altamente positivos, desenvolveu um sentimento de controle excessivo face às influências e envoltórios externos, bem como uma enorme reserva à idéia de representação, que lhe conferiu uma lentidão deliberativa e de encaminhamento pouco afeita à roda-viva social. Um ritmo quase tribal incompatível com espaços urbanos densos e plurais. De certa perspectiva uma concepção anacrônica de cidadania, excessivamente endógena.

A partir de 82, por força das circunstâncias políticas globais do País e, de certa forma até hoje com a promulgação da nova Carta Constitucional, o campo mais visível e ressonante dos embates sociais deslocou-se para o plano das agremiações partidárias, para a conquista dos executivos e legislativos, enfim, para a política em sentido estrito. Se por um lado isso retirou os MPUs da cena principal, por outro, abriu-lhes novos espaços de crescimento. De tomada de consciência de si mesmo. Obrigou os governantes, os políticos e seus partidos a auscultarem suas reivindicações, ao mesmo tempo que forçou-os a elaborarem projetos alternativos concretos, nas quais o rigor, a viabilidade e o modo de encaminhamento e negociação das propostas são

peças decisivas. Os MPUs, ao exporem ao crivo da sociedade como um todo o que antes era puro consenso — bandeiras inquestionáveis entre seus pares — viram-se forçados a se expandir, a articularem-se melhor com técnicos, políticos e outros segmentos sociais, ampliando seu universo cultural e político. Tiveram que se aproximar e dominar um saber técnico-burocrático que é a moeda corrente nas agências estatais pois sabe-se que nenhum projeto se concretiza se for elaborado com exclusividade pela ótica do ideológico.

Embora esse processo já viesse se dando desde o final dos anos 70, foi durante os governos Covas—Montoro que ele atingiu proporção e complexidade questionadoras. A duras penas, algumas lideranças foram percebendo que por mais que fossem estabelecidas vivências democráticas nas suas entidades de base e mesmo em estruturas mais abrangentes, estas, em maior ou menor grau, estariam sempre condicionadas por uma correlação de forças mais ampla e por variáveis "externas" ao seu mundo e internas aos poderes públicos, bem mais sutis que sua decantada "intuição popular" poderia imaginar.

Rápidas pinceladas sobre duas exceções

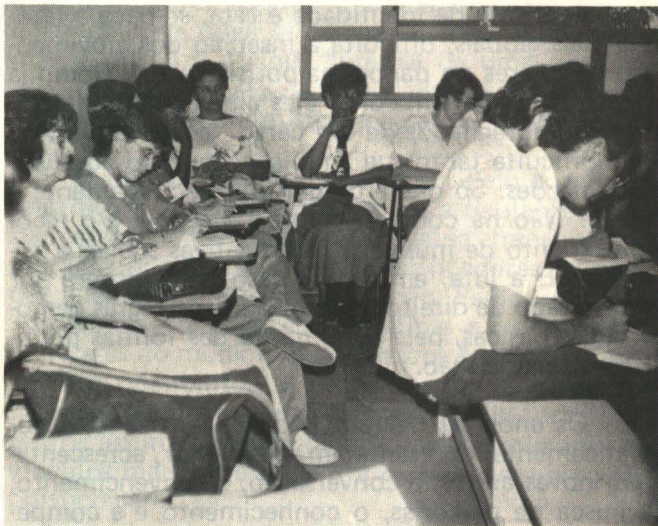
Durante esses anos duas experiências são dignas de destaque pela habilidade demonstrada em lidar e tirar proveito dos novos tempos: a dos conselhos populares dos centros de saúde e a comissão dos transportes metropolitanos. Embora ao final do texto, em anexo, façamos sinopses dos principais movimentos, inclusive destes, algumas observações cabem desde já.

Em primeiro lugar, ambos tiveram a determinação e a desenvoltura de transitar entre os aparelhos estatais, de conhecê-los e de aproveitar o contato com profissionais simpatizantes às suas causas que lá trabalhavam. Tanto os médicos sanitaristas quanto os técnicos especializados — do metrô, por exemplo — foram de extrema valia para que os representantes populares pudessem desvendar essas lógicas particulares e se enfronharem em debates



específicos, com um mínimo de conhecimento de causa. Outro detalhe importante no processo dos conselhos e que faz parte das infinitas sutilezas administrativas que, em dados momentos, desempenham papéis fundamentais na concretização de grandes mudanças, foi o fato de à época da implantação do primeiro conselho, 1978, ter havido uma reforma na Pasta de Saúde. Esta diminuíra consideravelmente a margem de manobras no uso da Secretaria para fins clientelistas.

Esses fatores, notadamente quanto aos conselhos, permitiram o estabelecimento de um dos mais ricos e eficientes processos de controle de usuários sobre a prestação de um serviço público. Seus re-



presentantes ainda hoje participam dos centros com poder de decisão e de interferência em toda a dinâmica institucional.

Por tais motivos os conselhos representam de algum modo um avanço sobre a lógica tradicional e obsoleta demais para este final dos anos 80, de acumular forças, lutar, acumular mais forças, lutar, lutar... Fogem ao desgastante espírito da mobilização permanente, articulando uma expressiva faculdade de mobilização de massas, com uma presença cotidiana e de acompanhamento técnico no funcionamento dos centros. É curioso notar que, comparativamente, o elenco de "lideranças combativas" nessa área é bem mais reduzido que em outras. Nem os conselhos são substitutos maquiavélicos das mobilizações, nem estas ficam comprometidas com virtuais práticas de gabinete, que poderiam ser engendradas pela participação dos líderes comunitários na máquina administrativa.

O xis do problema

Nessa medida, a idéia de autonomia deve ser um pouco desmistificada. É óbvio que está fora de cogitação atrelamentos organizativos as quaisquer das instituições da sociedade civil ou do Estado. Mas alianças e negociações fazem parte da luta e não se dão entre "iguais" mas, entre "diferentes".

O que é afirmar a autonomia nos dias atuais? Antes, o próprio fechamento da sociedade atestava-a e delimitava seu espaço. Agora, na medida em que se tem que propor, optar e conhecer outras "falas" pelas quais estão regulados e articulados os vários aspectos da vida social, essas fronteiras desvaneceram-se e os movimentos perderam suas referências. No presente, afora algumas exceções, há uma crise no conjunto dos MPUs que a velha noção de "refluxo" parece não dar conta. As organizações populares continuam atuantes, manifestando-se em público como os "Sem-Terras" no início do ano, com as invasões quase diárias de terrenos e tantas outras.

A crise é de identidade e esta, somada a fatos mais globais, dificulta a inserção dos movimentos populares no panorama político atual. Como já dissemos, na sua maioria, eles ainda estão relativamente impregnados de um certo "corporativismo" que dificulta tanto sua ampliação quanto possíveis articulações. Só que a conjuntura decididamente é outra. Não há como negar-se a vigência e o reconhecimento de inúmeras prerrogativas sociais e políticas. E a luta, em último caso, também era por esse estado de direito, pelo respeito às regras democráticas básicas, pela legitimação das formas populares de associação.

Os anos 80 fizeram isso. E, ao fazê-lo, automaticamente, apresentaram, ou melhor, acrescentaram novas armas: a conversação, o convencimento, a busca de parcerias, o conhecimento e a competência para a elaboração de projetos próprios. **Esse é o ponto da crise. Os MPUs desconhecem os processos históricos de construção da cidade, pouco sabem sobre a realidade da administração pública e, ademais, ignoram qual seja a relação local entre Estado e sociedade civil.**

Ilustração: a Câmara Municipal na gestão Covas, a despeito de todas as restrições, era um espaço de confronto e medição de perspectivas. Jânio ao assumir praticamente loteou-a, conquistando através da troca de favores, parlamentares de quase todos os partidos. A inoperância passou a ser absoluta e amiúde seus projetos têm passado por decurso de prazo. A Assembléia tornou-se um espaço ocioso e simbiótico aos esquemas do prefeito. As políticas públicas sofreram um retrocesso e os projetos-leis mais anti-sociais são aprovados facilmente pelo arrastão janista. Surpreendente, é que diante dessa nova situação parece existir uma certa indiferença dos movimentos. Essa correlação de forças desfavorável é sentida como algo distante e exterior ao seu campo de preocupações. Nem parece uma perda e pouco se reflete e se faz para nela interferir. Apenas continuam a reagir quando contrariados nos seus interesses.

Herdeiros do isolamento e do descrédito pelo partidário, os MPUs tiveram, e ainda têm, grandes dificuldades de refletirem sobre os espaços institu-

cionais, de situá-los em suas estratégias de ação. Os primórdios dos anos 80 foram marcados por esse paradoxo: "chamados" às contendas de gabinete e à "política grande" — realisticamente falando, etapas necessárias para o alcance de seus propósitos — os movimentos se viram despreparados, ameaçados e divididos.

De qualquer forma, os MPUs de São Paulo e do país em geral, sentiram os limites de seu raio de ação, isto é, do alcance de suas potencialidades em seu estágio atual. E, não sem um esforço brutal foram cedendo a idéia de manterem vínculos mais estreitos com a tal da "política grande". Em nenhum momento, apesar de todas as suas resistências, deixaram de corresponder aos apelos cívicos-eleitorais dos partidos e dos políticos, tendo demonstrado em 84, na campanha pela diretas, uma maturidade invejável. De lá para cá, contudo, houve um recrudescimento agudo do ceticismo popular de dimensão histórica. Uma sensível perda do sentido de representatividade, em especial, a partidária. Toda a energia acumulada e canalizada para a então frustrada eleição presidencial, dispersou-se em desesperança, desprezo e desespero. Uma verdadeira sangria de uma atitude participativa que vinha se desenvolvendo e ampliando o universo político-cultural da população.

Vivemos a passos incertos e lerdos uma transição do autoritarismo explícito para um projeto liberal de contornos conservador, impreciso e mais do que suspeito. Depois de 20 anos de ditadura e de seu desfecho trágico-cômico, essa lentidão única e os incontáveis ingredientes farsescos desse processo têm sido decepcionantes. O país está em banho-maria. Não há uma única composição de forças sociais que ostente um programa claro e, menos ainda, hegemônico. A nova Constituição que está se definindo incorpora uma ou outra mudança social mas, nem de perto toca as questões estruturais do País. A irresponsabilidade e o descaramento dos que assumiram o poder após os militares estão estampados dia-a-dia na TV. E mais: a impunidade dos responsáveis pelos escândalos econômicos; a dança faceira dos ministros; a sucessão desvairada de planos econômicos; a inflação assustadora que deve chegar aos quatro dígitos; a presença sinistra de "ex-presidentes", para ficarmos em alguns tópicos que desmoralizam qualquer intenção de luta e mudança por um futuro melhor. Que minam pela raiz a convicção e a disposição de construir-se uma sociedade participativa e democrática. E abrem perigosas brechas para que políticos como Jânio Quadros efetuem com sucesso — segundo o jornal Folha de São Paulo, sua popularidade cresceu de 15% em março, para 30% em julho — uma administração moralista e de aparências, feita de intervenções plásticas de grande impacto visual, como o deslocamento de estátuas pela cidade e a instalação de carros acidentados em pontos estratégicos. Ou algo no estilo...

Observações finais

A unificação dos MPUs de São Paulo é uma perspectiva. Mas nada garante que as inúmeras associações de solidariedade urbana delegarão a uma única e determinada articulação popular o seu direito à organização. Muito menos, o de representação de seus múltiplos e variados interesses.

O que desejamos enfatizar é que, na atual conjuntura, existe um somatório de fatores internos e externos aos MPUs, pelos quais configura-se um quadro onde dificilmente uma proposta de unificação de todos os movimentos encontraria eco. Se de uma perspectiva mais tradicional isso pode ser visto como carência ideológica, um "atraso", de outras, que comunguem o simples reconhecimento da complexidade dos aspectos discutidos até aqui, nem tanto. Talvez até possam ser interpretados como vitalidade e amadurecimento, como precaução necessária.

Esses movimentos que reinventaram noções de direito, participação e democracia de base, não vão aceitar fácil e ingenuamente qualquer projeto de unificação. Embora tenham recebido ao longo desses anos todos estímulos "externos", o ritmo de seus passos e as peculiaridades de seu crescimento ocorreram, em boa medida, conforme anseios internos emanados de um forte sentimento de autonomia.

Suas histórias estão repletas de iniciativas aparentemente representativas e globalizantes. Vale sublinhar a existência de uma tradição na sociedade brasileira de que unificar significa sempre submeter a uma mesma estrutura e direção centralizada. Ela recorta as forças políticas de cima a baixo, da esquerda à direita. Com efeito, em nosso particular, desconsidera-se o sentido plural das contradições urbanas, da necessidade que esses movimentos têm em dar respostas diferenciadas, que se unificariam, porém, no plano da política. A essa concepção só é cabível equacionar unidade em termos de um único organismo. É significativo que da mesma forma que nos anos 70, os "novos" MPUs passaram ao largo das SABs, nesse remate dos 80, já estejam ignorando solenemente propostas insensíveis e cupulistas, da qual a Conam é o exemplo mais patente.

Por outro lado, não há como se negar a importância política da construção de formas superiores de organização que encarnem, realmente, a vontade popular. E, para relativizar nossa colocação anterior, vale lembrar da CUT que, a despeito de situar-se no campo da produção, nos ensinou que nenhuma entidade já nasce com absoluta legitimidade e reunindo as diferentes parcelas sob seu domínio de ação. Sabe-se que ela surgiu com uma amplitude limitada e, aos poucos, foi se transfor-

mando em um expressivo pólo de referência. Sem dúvida, convergiram para tanto diversos elementos inerentes à luta operária que não cabe analisar aqui.

O fato é que, hoje em dia, é visível uma inquietação das lideranças e assessorias dos movimentos, apesar de toda reticência e retraimento dos primeiros, com relação à necessidade de se investir na perspectiva da unificação, ou, de articulações mais amplas de caráter municipal e regional. É lugar comum ouvir-se "a gente acha importante, mas é difícil...", ou, "precisa de uma bandeira que junte o pessoal... não adianta só as lideranças se juntar...", num misto de desejo e incerteza.

E não se está na estaca zero. Pelo contrário, pontificam experiências tanto de articulações setoriais consistentes como as de saúde, transportes e moradia, quanto de entidades unificadoras em cidades menores e próximas a São Paulo, como a Assembléia do Povo em Campinas e os conselhos populares do município de Osasco. A própria Constituinte possibilitou o aparecimento de pequenos fóruns de debates em torno do solo urbano e outros assuntos, estimulando o estabelecimento de vínculos mais estreitos entre os MPUs e o processo político geral.



A impressão que se tem é que após terem se exposto em demasia e sentido o limite de suas forças e do caminho setorializado pela qual estavam trilhando e representando seus problemas, mais ainda, depois de terem experimentado o corpo a corpo com a política partidária e os poderes camaleônicos do Estado, os MPUs encontram-se num período de transição. Ensaando articulações, buscando um olhar mais político e de totalidade do urbano, ao mesmo tempo que em compasso de espera, de olho nas tendências conjunturais.

Temas como as políticas sociais, legislação do solo urbano, estrutura administrativa, orçamento municipal e participação popular, lentamente, vêm se incorporando às discussões internas da população organizada. As bandeiras específicas começam a ser entendidas como parte do todo urbano. No plano fragmentado das reivindicações habitacionais, por exemplo, já existem alguns indicadores de que a luta dos cortiços, das favelas, dos "Sem-Terras" podem e devem ser pensadas nas suas diferenças mas, simultaneamente, sobre o prisma único da propriedade do solo, da cidade. Assim, o que se tem visto é alguns MPUs serem incorporados por outros, o "pessoal" da Igreja procurando reunir em um único bloco os moradores das suas diversas frentes de luta pela habitação e outras iniciativas do gênero. No caso da luta pela saúde, já há algum tempo realizam-se esforços de formação de um "conselhão" de âmbito intermunicipal, experiência que já tem sido vivida pelo setor de transportes, que se aglutina na região metropolitana, isto é, capital e uns tantos municípios vizinhos. A unificação dos MPUs de São Paulo encontra-se, portanto, num momento de ensaio, de múltiplas tentativas de união de certas frentes por demandas específicas e de conversações entre outras marcadas por diferenças políticas e ideológicas.

Não é à toa que São Paulo, distintamente de outros Estados, ainda não elegeu uma ou mais federações que abarquem o conjunto das suas lutas urbanas. Além das características concretas dessa megalópole e das particularidades intrínsecas à história recente de seus MPUs, existem ainda fatores subjetivos da maior relevância para o equacionamento dessa situação.

Qual o projeto político que informa a organização popular? Como esperar que elas se unifiquem a curto prazo, dentro de um panorama político de incertezas e onde há uma hegemonia liberal-conservadora cada vez mais afrontosa, à qual não corresponde nenhuma contrapartida ideológica de peso que aponte para a construção de projetos socializantes, ou mesmo, radicalmente democráticos?

É bastante compreensível que a Igreja por não ser uma instituição política de estrito consenso, não possua um projeto de sociedade, uma tática e uma estratégia e que por conseguinte, mova-se entre um corporativismo formado de reivindicações imediatas e um discurso socializante messiânico.

O mesmo já não se pode falar sobre os partidos afinados com as causas democráticas e populares. Essas agremiações têm o privilégio de estarem no "lugar", por excelência, de formulação das propostas sociais mais globalizantes. São elas que atuam por dentro e, diretamente, sobre os poderes instituídos. Algumas transformações só poderão ser alcançadas, ou, impulsionadas, pela sua ação capaz de conquistar e forçar as agências governamentais a

terem outra relação com a cidade e seus MPUs. Como estes, elas também devem manter sua "autonomia", valer-se de sua "identidade", que não é outra senão a de instituir novos espaços sociais, onde idéias alternativas de saúde, educação, habitação, enfim, de cidade e cidadania, possam florescer.

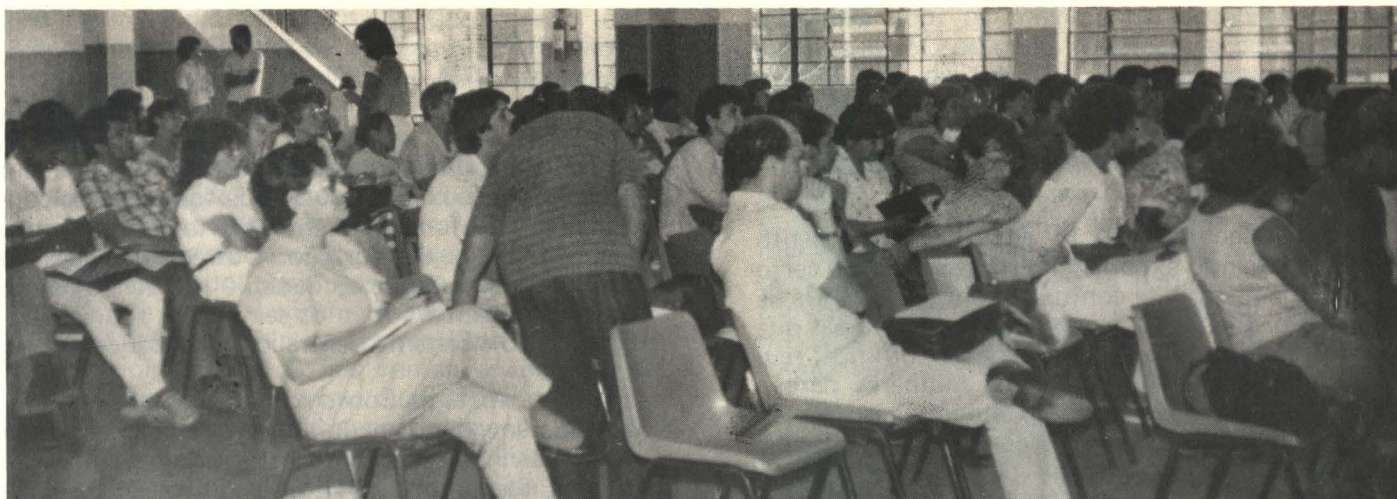
O que vemos, contudo, é que nem o PT, desenvolvido em certa medida com o apoio desses movimentos, nem outros partidos de esquerda, possuem um projeto para eles fundamentado numa reflexão mais sólida e não tão ideológica sobre o urbano. Só de uns tempos para cá essas agremiações, a Igreja e por que não, as entidades de Assessoria em Educação Popular (EP), provedoras históricas de conhecimentos e informações dos MPUs, parecem dispostas a abandonar as análises abstratas e generalizantes sobre o assunto, pela qual chega-se apenas ao dogmatismo.

O trabalho educativo

Ultrapassar o nível de abstração que embasa e informa a prática dos MPUs, eis aí uma das prerrogativas para que se supere o despreparo, contornem-se certas desavenças menores que existem entre alguns movimentos e se avance na unificação. É preciso que se elaborem as propostas afirmativas de como se quer a cidade. Que se trabalhe com números, estatísticas e projetos viáveis e bem acabados. As classes dominantes não hesitam em fazê-lo (é claro: há um monopólio ferrenho sobre a informação. Mas, no campo popular e democrático é grave o preconceito sobre tudo que não possui um colorido "político-ideológico" imediatamente visível).

Sem abrir mão de seus lugares e momentos exclusivos, de sua autonomia, por assim dizer, de reflexão e produção de conhecimentos, de sua criatividade em inventar novas formas de sociabilidade e organização, os MPUs devem encarar e examinar o Estado e suas agências, de frente. Não no intuito de aceitá-lo, mas de sabê-lo, decifrá-lo, para a ele contrapor-se de forma mais objetiva e científica. As formas de dominação mudam constantemente. As elites autocriticam-se, renovam-se e se transmutam. Para que se possa acompanhar esse processo é indispensável que se tenha conhecimentos, conhecimento técnico e da realidade. O que está sendo feito no setor da habitação? Quais as políticas que resolvem os problemas de saúde? A crítica deve ser efetuada sobre o concreto. E não se trata apenas de respostas e reações, como em regra as propostas são construídas, partindo-se e permanecendo-se no empírico.

A intervenção educativa não pode diluir-se no trabalho miúdo de organização. Hoje, mais do que nunca, as assessorias têm a obrigação de realizar aquilo que lhes dá sentido: atuar no campo da transmissão e produção de conhecimentos. Sua própria capacitação é tão importante quanto a das



lideranças. Não são apenas os movimentos que desconhecem as políticas e que relutam em lidar com o lado prático da administração das cidades. As entidades da EP também devem adaptar-se ao momento atual, particularizando e qualificando suas contribuições.

A educação nos anos 70 se deu muito acolada à resistência e à luta. Como decorrência, até hoje, o trabalho educativo oscila entre o empirismo ativista, ou melhor, ativismo empirista emprestado à conquista de demandas específicas e um teoricismo — em boa parte feito de lugares comuns e modelos cristalizados de interpretação da realidade — dominado por esquemas macrosociais de análise e quase sempre apontado para o futuro e arremido ao presente. A abordagem das mediações culturais, sociais, econômicas e políticas que constituem o tecido social e condicionam a “política real”, o aqui e o agora. As assessorias têm encontrado dificuldades em interagir a valorização das demandas imediatas e uma noção de totalidade social. O perfil que combina esses dois pólos, intervenção e acúmulo de análise, ainda está por se definir.

Para todos, o nível e a qualidade das informações necessárias à ação social — incluindo aí o trabalho educativo — num período de luta de resistência são bem menores e não tão complexos quanto os exigidos numa conjuntura esquiada de transição democrática, de definições de projetos e políticas. Pode parecer óbvio mas movimentos pequenos e com objetivos específicos e locais requerem uma certa base e um dado esforço intelectual, já movimentos amplos e com objetivos múltiplos exigem um maior montante de elaboração.

O período autoritário exacerbou alguns legados históricos que deitam raízes em nossa tradição cultural e merecem a atenção dos educadores.

Um primeiro refere-se à debilidade e à falta de registro da memória social. Como pensar na unificação se pouco se sabe das entidades de natureza semelhante que existem ou que já existiram?

Esta questão das confederações é totalmente ignorada. É uma das áreas mais obscurecidas da história dos MPUs e, quando vêm à tona, sua discussão termina por realizar-se dentro de contornos pré-moldados, segundo experiências e concepções “batidas”, raramente representativas, de unificação.

Outro é o sectarismo. Apesar de durante todo esse trabalho termos buscado explicar e, sob certo ângulo, justificar a pluralidade dos MPUs de São Paulo, a diversidade de suas contradições, é indiscutível que, em alguns casos, a existência de “movimentos duplos” se dá por puro sectarismo de posições. Como entender que o MUF e o MDF não tenham uma atuação mais unificada, quiçá, uma estrutura comum? Esses movimentos não têm divergências significativas nas suas bandeiras, nem estão sobre a área de influência de partidos ou outras agremiações tão rivais assim. As diferenças, sutis por sinal, parecem ser da ordem dos enraminhamentos mas nada que justifique a divisão. Há a hipótese de que o processo de cristalização de lideranças nos bairros seja muito forte. Em geral, estas não têm o menor interesse em dividir o poder e o privilégio de intermediação entre suas comunidades e os partidos, as agências governamentais e demais instituições, com outros representantes. É muito comum surgirem disputas acirradas nos períodos de eleições das entidades de bairro, cujas distinções programáticas são desprezíveis.

Em síntese, o grande desafio da EP é contribuir para que os MPUs, neste final dos anos 80, situem-se no cenário político do país sem que tenham de abdicar das pequenas mas valiosas conquistas feitas nesses anos todos. Ou seja: como dar forma e expressão à democracia direta, ao sentido pedagógico desses movimentos, às contribuições criativas da política do cotidiano, à autonomia, à valorização dos indivíduos e das diferenças culturais, dentro de um quadro de institucionalidade? Como articulá-los, sem que esses elementos que foram e são tão vitais às suas dinâmicas não sejam descaracterizados?

Movimento de saúde da zona leste

Ao longo de seus 15 anos esse movimento vem acumulando experiências riquíssimas. De certo modo, sua história se confunde com a dos MPUs de São Paulo. Ele tem passado por todas as etapas que têm caracterizado a dinâmica desses últimos: reuniões com pequenos grupos de mulheres para a discussão da precariedade do atendimento básico de saúde, formação de comissões por ruas e bairros. Encontros com profissionais da área médica para troca de informações e as tradicionais e estafantes idas à Secretaria de Saúde.

Mas as semelhanças ficam por aí. Mais precisamente, até 1978, quando foi formado o primeiro conselho popular em um centro de saúde. Desde então, eles se expandiram até quase todas essas unidades da região e têm se constituído em um reconhecido e eficaz canal de pressão e controle sobre a gestão pública. Desse prisma, portanto, e considerando seu longo tempo de vida, o movimento de saúde da Zona Leste distingue-se de todos os outros MPUs de São Paulo.

Os conselhos são escolhidos em eleições diretas dirigidas pelas comissões de cada bairro. Essas são a base da organização e, por sinal, não mantêm vínculo formal com nenhuma das outras entidades locais. Como os diversos pleitos ocorrem num mesmo dia, em geral, tem-se configurado um clima de mobilização, da qual os eleitos saem com indiscutível representatividade. Nos centros eles não só procuram colocar as idéias trazidas das comissões, como intervir no seu funcionamento cotidiano.

A inauguração de novos hospitais, postos médicos e centros de saúde, mais a melhoria do atendimento, tanto no que se refere aos equipamentos disponíveis, quanto à atenção dispensada à clientela, foram as principais conquistas efetuadas no período ascendente das mobilizações, na primeira metade dos anos 80.

De qualquer forma, mesmo em fases mais desmoralizadas como o biênio 85-86, a participação de representantes dos moradores na administração dos centros, tem possibilitado uma melhora sensível no relacionamento entre os funcionários e a população atendida. **Em alguns desses microcosmos experimentou-se uma alternativa voltada para a saúde e as necessidades dos indivíduos e não, para a doença e o lucro conforme é de praxe no próspero setor empresarial do rumo.**

De 87 para cá, essa articulação de composição basicamente feminina tem se renovado através de uma recém-eleita coordenação geral e de comissões

de trabalho. Uma das mais importantes é a que tem promovido "puxados" cursos de formação de conselheiros, de funcionamento diário, e com cinco meses e meio de duração. Outras atividades de cunho educativo que ajudaram a levantar o ânimo dos participantes foram os seminários sobre Municipalização e Sistema Centralizado de Saúde.

No debate da Constituinte seus representantes defenderam o chamado Sistema Único que tem como reivindicações fundamentais a descentralização na gestão dos serviços, a superação da dicotomia preventivo/curativo, a participação da população via suas entidades representativas e uma maior unidade na coordenação das políticas setoriais.

Finalmente, deve-se sublinhar que o movimento tem pensado na sua institucionalização, transformando-se deste modo numa entidade com direito a elaborar projetos de financiamento em seu próprio nome.

Lutas pelo direito à moradia

A importância das lutas habitacionais em São Paulo é enorme. Quer pela intensidade, amplitude e multiplicidade de formas pelas quais se concretizam, quer pela repercussão pública que adquirem ao tocarem o calcanhar de Aquiles de nossa sociedade: a propriedade do solo. Abaixo, algumas sinopses.

Favelas

As mobilizações nessas comunidades começaram a tomar maior vulto no final da década passada. Durante os anos 79/80, aproveitando-se dos programas governamentais Pró-Luz e Pró-Água, foram realizadas expressivas manifestações tendo como bandeiras centrais esses dois itens. Esse período caracterizou-se pelo crescimento da organização favelada e a criação do Movimento de Favelas de São Paulo contribuiu para que algumas vitórias importantes fossem obtidas, dentre as quais a extensão do abastecimento d'água à boa parte destas áreas.

Contudo, depois do pleito para governador em 82, essa trajetória viu-se alterada. As sucessivas eleições municipais e estaduais abalaram a unidade do movimento, o qual cindiu-se pelas diversas opções partidárias. Na verdade, as associações faveladas mostraram-se bastante suscetíveis às interferências de políticos e siglas.

As quatro entidades existentes desde então, são: Cofasp (Conselho Coordenador das Favelas de

São Paulo), Corafasp (Conselho Coordenador das Associações das Favelas de São Paulo), MUF (Movimento Unificado de Favelas), e o MDF (Movimento de Defesa das Favelas).

Cofasp. Com a vitória peemedebista em 82 as forças de esquerda presentes na luta dos favelados e que haviam apoiado Covas-Franco Montoro inclinaram-se a uma mudança de atitude tendo em vista a participação nos seus governos. De saída era necessário institucionalizar o movimento. Em março de 84, com o apoio de setores sob a influência do vereador Antônio Carlos Fernandes, é criada a Cofasp. Essa aliança, porém, duraria muito pouco. O vereador insistia em atrelar abertamente as associações faveladas a uma outra denominada Movimento Comunitário Brasileiro, da qual ele próprio era presidente. Assim, logo no 1º Congresso da Cofasp, essa postura aparelhista levou as tendências de esquerda a criarem uma organização própria, a Corafasp.

Atualmente, a solitária hegemonia do também presidente do Partido Municipalista Comunitário é total. Todas as gestões junto ao poder público passam por suas mãos, não havendo nenhuma intensão de organizar e mobilizar os favelados.

Corafasp. Fundada em fevereiro de 85, dela participam militantes e simpatizantes do PMDB, PC e PC do B. Especialmente durante o governo Covas-Montoro estabeleceram uma política mais do que amistosa e de diálogo com as autoridades públicas. Em setembro do mesmo ano, com o apoio do prefeito, organizaram o II Congresso de Favelas. Do documento final do encontro merece atenção a proposta de compra pelos favelados dos terrenos ocupados o que, segundo o texto, lhes permitiria obter a escritura definitiva de propriedade. Esse destaque justifica-se, pois aí reside a principal di-

vergência com os movimentos encabeçados pela Igreja e o PT, os quais defendem a concessão do direito real de uso dos terrenos ocupados pelo prazo de 90 anos.

MUF. Surge em 83. Embora haja uma compreensão de que ele deva se institucionalizar, até hoje não é juridicamente constituído. Considera-se que essa medida poderia prejudicar sua dinâmica democrática. Após terem se batido pela tarifa social única de água e luz, empenha-se, agora, na bandeira da regularização da posse da terra nos termos colocados no parágrafo anterior.

O MUF não participou de nenhum dos congressos realizados pelas outras entidades. Suas discordâncias são tão radicais que, em agosto de 86, ele e a Corafasp fizeram duas caravanas distintas à Prefeitura para protestarem contra o mesmo decreto baixado por Jânio Quadros.

Nos últimos tempos, esse movimento, que afirma contar com a participação de aproximadamente 500 favelas, tem englobado entre suas reivindicações as dos moradores de cortiços e dos conjuntos Pró-Morar.

MDF. Apesar de só ter instituído-se na altura do final dos anos 70 com o objetivo de impedir remoções e despejos, sua origem remonta aos trabalhos precursores da Igreja através das CEBs e, posteriormente, das Pastorais de Favelas. Com a divisão do movimento depois de 82, o MDF tem situado-se bem próximo às concepções do MUF, defendendo métodos de ação e bandeiras semelhantes a este último quanto a praticamente todos os aspectos da centralíssima questão da posse da terra. A despeito dessa proximidade o MDF considera essencial a manutenção de estrutura organizativa com identidade própria.



A Guarda Municipal, na Zona Leste.

Loteamentos clandestinos

Na cidade de São Paulo no princípio dos anos 80 existiam cerca de 3.500 loteamentos clandestinos. Segundo a **Folha** do dia 13.01.80, mais de 50% do espaço da cidade, perante a lei e a Prefeitura, eram considerados irregulares. As causas deste fenômeno são muitas: desde a propriedade ilegal dos loteadores, que ainda assim comercializavam os terrenos, até a utilização dos mais variados e ilícitos expedientes, como contratos malfeitos, cobrança duplicada de prestações e impostos, desobediências da legislação urbanística que dispõe sobre as condições de arruamento, o tamanho mínimo do lote e outros itens. Principalmente à época da ditadura o Estado omitia-se face a essa situação. Em consequência, mesmo depois do lote estar devidamente pago, seus "proprietários" não recebiam as escrituras e, por serem clandestinos, ficavam à margem de qualquer investimento público.

A mobilização inicia-se em 76 na Zona Sul da cidade através do trabalho das CEBs. O objetivo é um só: a regularização das propriedades para a obtenção das escrituras definitivas e os benefícios públicos para os bairros. O auge do movimento é em 79. Nesse ano a pressão dos moradores é grande e culmina com uma gigantesca assembleia diante da Prefeitura. Algumas vitórias são conquistadas com a regularização de diversos loteamentos. O prefeito anuncia que todos teriam sua situação regulamentada e que para acelerar esse processo o atendimento dos casos se daria pelas administrações regionais dispersas pela cidade.

Essa medida fragmentou o movimento. Ele existe até hoje através de manifestações isoladas.

Cortiços

Sem dúvida esta é a modalidade mais antiga de habitação popular. Acredita-se que hoje 1/5 da população da cidade more nesses cômodos sufocantes e sem a menor condição de habitabilidade. Concentrados inicialmente nos velhos casarões do Centro, hoje, espalham-se por todos os distritos e, em particular, pela periferia.

Com o apoio da Igreja, em fins de 81 e início de 82, esse segmento passa a mobilizar-se. Trabalho difícil, na medida em que não há tradição de luta organizada no meio e muitos de seus moradores deslocam-se constantemente de uma área para outra, inclusive mudando-se para favelas. Em todo esse período o alcance da luta não ultrapassou a esfera de pequenas ações isoladas de conjuntos, em torno das demandas bem específicas.

Atualmente, forma com o MUF e os moradores dos Conjuntos Pró-Morar um único movimento.

Movimentos dos sem-terra

A semelhança dos mutirões, caracterizam-se por serem ocupações organizadas do solo urbano. Trata-se de operações elaboradas coletiva e conscientemente. A população decide por um lugar — de preferência nas áreas mais equipadas e próximas de ofertas de emprego — e ocupa-o. Nesse sentido, já distinguem-se das favelas que são, em geral, constituídas por invasões individuais e desorganizadas.

No princípio dos anos 80, tiveram-se várias dessas ocupações e o resultado foi quase sempre o deslocamento das famílias. Inexperiência e aventureirismo. Pouco pesquisava-se sobre os locais a serem invadidos e as condições de permanência neles. Muito menos jogava-se com a perspectiva de negociação com o Estado. Desse ponto de vista os mutirões representaram pela sua maturidade um verdadeiro avanço.



Em 84 a Igreja procura organizar as ações fazendo um amplo cadastramento de famílias despejadas de favelas, dos moradores de cortiços e conjuntos sem condições de acompanhar a escalada dos aluguéis, bem como de outros "sem-teto". De 86 para cá, ela tem agrupado os vários movimentos sobre os quais tem grande influência em uma única articulação, a dos movimentos de moradia.

O sem-terra tem mostrado presença marcante nas lutas urbanas participando ou promovendo manifestações pela cidade e invadindo terrenos desocupados. Em 86, com o intuito de chamarem a atenção das autoridades para seus problemas, ocuparam um prédio público da Secretaria Estadual de Habitação. Dentro do espírito pedagógico de ação dos setores progressistas do clero periodicamente são realizados encontros de discussão.

Movimentos dos mutuários

Seu elemento unificador é a questão das prestações. Sua composição é bastante heterogênea tendo reunido setores populares da antes acomodada classe média. Dividiu-se entre a proposta de mandados judiciais contra a União em bloco e o "boicote seco". Em São Paulo essa proposta prevaleceu. Contudo, ele não foi efetuado de modo organizado. Os que boicotavam de forma consciente misturavam-se a uma imensa maioria de inadimplentes que em hipótese alguma tinham como pagar.

Em 86, com o congelamento das prestações pela Reforma Monetária e em função de algumas conquistas obtidas, o movimento caiu em refluxo. Existem tentativas de retomá-lo.

Mutirão

A importância dos mutirões nos anos 80 foi tão significativa que **Proposta** nº 35, de setembro de 87, dedica-se com exclusividade a eles.

Os mutirões sempre existiram nos bairros pobres como forma de solidariedade na batalha pela sobrevivência. A diferença é que nesta década a organização e a politização dessas práticas atingiram níveis superiores, representando um verdadeiro salto de qualidade com relação aos mutirões mais tradicionais que se davam, e ainda se dão, no âmbito familiar e da vizinhança.

Começam com invasões organizadas de terrenos, passam por amplo processo de enfrentamento e negociações com os poderes públicos e desdobram-se, quase sempre por longos períodos, no empenho pela obtenção dos direitos de posse coletiva, na própria construção das casas com todos seus detalhes técnicos-políticos, no pagamento de prestações e, por fim, na gestão administrativa dos "novos bairros".

Representa, assim, uma verdadeira saga na qual as questões colocadas imprimem à luta popular um enriquecimento indiscutível. É um mini-ensaio do que seja gerir uma cidade.

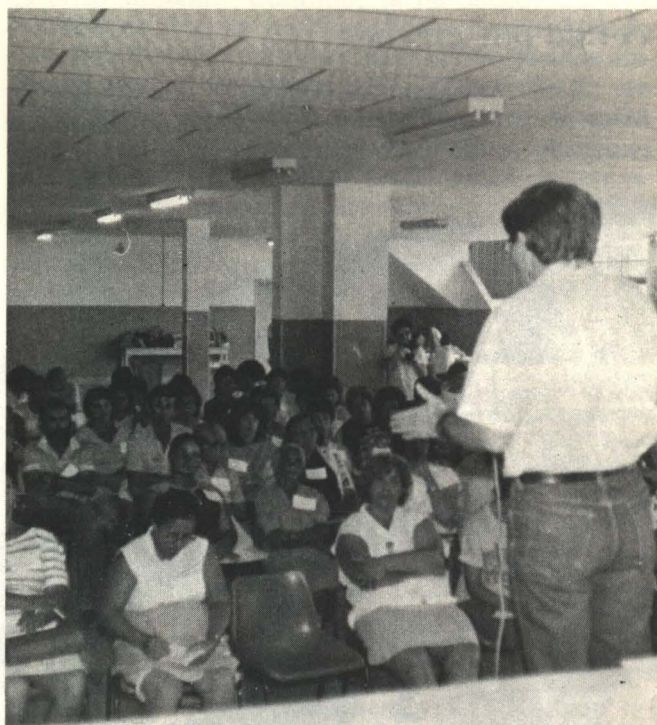
Os moradores da Zona Sul têm na coordenação dos movimentos e associações de moradia ajuda mútua e autogestão na sua principal entidade. A Associação Pró-Moradia executa a experiência mais conhecida, a do mutirão do Colégio Adventista.

De 84 para cá, já realizaram-se dois encontros onde questões técnicas, políticas e organizativas foram debatidas. Sua última manifestação expressiva ocorreu no ano passado, em protesto contra decreto do Prefeito Jânio Quadros, que proibia os mutirões e entregava sua gerência às mãos das empreiteiras. Na prática, conquistou-se a manutenção dessas experiências nos moldes como vinham sendo

feitas, ou seja: com autonomia e poder de decisão dos movimentos sobre a escolha dos técnicos, dos modelos de casas e outros aspectos que lhes dizem respeito.

A luta por transportes

A luta pela melhoria dos transportes de massas também teve suas primeiras manifestações em meados da década anterior. Em 74, houve uma assembléia de 2.000 pessoas para tratar do problema na Zona Sul da cidade. O movimento entrou em contato com as autoridades municipais e, apesar de o atendimento ter melhorado em alguns bairros, os tempos eram outros. Quer dizer, sobrava repressão e faltava organização mas, principalmente, capacidade de formulação de propostas bem acabadas que ultrapassassem o seu mero caráter reivindicatório.



Nos anos 80, de certa forma, essa situação vem sendo revertida. O aspecto mais interessante dessa luta tem sido a riqueza de sua composição. Na Comissão de Transportes Metropolitanos reúnem-se trabalhadores de empresas de transportes, associações de usuários e profissionais especializados de vários ramos afins. A presença destes técnicos tem contribuído para a formulação de objetivos e propostas claras, em virtude dos conhecimentos e das informações por eles injetadas. Transmitem-se as fórmulas pelas quais são calculados os preços das passagens, discute-se a participação dos trabalhadores, pensando-a em relação aos seus salários, às condições de trabalho e à qualidade do serviço prestado. Com efeito, o poder de controle e de formulação dos participantes aumenta consideravelmente.

Com o congelamento das tarifas durante o Plano Cruzado, o ímpeto das entidades populares que lutavam pela melhoria dos transportes diminuiu visivelmente. No ano passado, profissionais liberais e lideranças que tinham participado e apoiado as mobilizações, reuniram-se para elaborar um documento com sugestões recolhidas em vários estados para o debate Constituinte. Nos dias de hoje eles formam o Movimento Nacional de Apoio às Lutas de Transporte.

Porém, o fato mais recente e significativo foi a criação, em abril deste ano, da Associação Metropolitana de Entidades de Usuários de Transporte Coletivo (Amut), congregando várias associações e movimentos. Seu plano de ação está centrado nas bandeiras pela estatização dos transportes com controle popular, pelas tarifas sociais, pela melhoria dos serviços e pela participação nas decisões acerca das políticas de transportes.

A luta por creches

Esse movimento originou-se nos Clubes de Mães no início dos anos 70. Conheceu sua maior expansão e vitalidade reivindicativa entre os anos

79/82. Nesse período obteve a implantação de dezenas de unidades nos bairros populares.

O passo seguinte foi mais ousado e não houve como sustentá-lo. Decidiu-se exigir o controle da população sobre essas instituições no tocante às questões administrativas e psicopedagógicas. Isto implicava um conjunto de mudanças que à época não foi possível obter-se: maior presença dos pais no cotidiano das instituições; renovação da mentalidade dos administradores; criação de novos canais de participação; estrutura material mais adequada; e aprimoramento técnico do corpo de profissionais.

A partir de 82, diante da fragilidade revelada por esse esquema, da verdadeira penúria em que se achavam as "creches públicas" e da expansão das "conveniadas", adotadas como diretriz pelo governo do PMDB, a população passou a recorrer a estas últimas. Aí, a questão do controle popular, por motivos óbvios, tornou-se mais delicada ainda.

Nos últimos tempos têm existido algumas tentativas de se reviver o movimento.



Uma federação, múltiplos movimentos sociais

Desde o início do ano os setores populares da Grande Vitória e de alguns municípios do interior dividem uma experiência inédita em suas histórias: a de procurarem se organizar em uma única entidade, a Federação Estadual das Associações de Moradores e Movimentos Populares do ES, a Famopes. A originalidade e o desafio desse processo recém-iniciado são aglutinar numa mesma forma organizativa os movimentos de bairros, através de suas associações, bem como iniciativas de natureza distinta, a saber, grupos de negros, mulheres e até representantes de um projeto intitulado "Meninos de Rua".

Considerando-se que no momento os MPUs de quase todos os estados buscam pensar em articulações superiores e rever a natureza de suas identidades, o caso da Famopes, embora recentíssimo e, portanto, impróprio de se submeter a qualquer análise, chama a atenção. Mesmo entre seus dirigentes há uma grande expectativa sobre as possibilidades de consolidação dessa proposta que reúne grupos sociais de interesses tão díspares. Em todo o período preparatório da Federação, essa foi uma das questões mais polêmicas, na medida em que esses "novos" movimentos, dentre outras diferenças, não possuem a mesma tradição de luta que as AMs.

A existência de entidades federativas em 4 municípios da Grande Vitória, já era um indício da expectativa de construção de um organismo dessa amplitude: o Conselho Comunitário de Vila Velha; a Federação das AMs da Serra (primeira a surgir no Estado); a Famoc, Federação das AMs de Cariacica; e, a despeito de na sua origem ter sido mais estimulado pelas autoridades governamentais do que pela população, o Conselho Comunitário de Viana.

A luta pela preservação do meio ambiente: resgate de uma tradição

Antes de passar, nos últimos anos, por lutas e experiências importantes de convívio e controle sobre certas agências estatais — basicamente na área de saúde e transportes — os MPUs de Vitória e outros municípios percorreram trajetos longos e

descontínuos, à semelhança de seus congêneres em outros estados. Pequenos núcleos estimulados pelas CEBs, que possuíam e possuem, seus grupos de liturgia, batismo e de formação de casais, à qual foram transformando-se em comissões de "problemas de bairro" e, por fim, em movimentos reivindicatórios urbanos. Contudo, já na década passada houve uma singular mobilização na Grande Vitória que, de antemão, apontava para certas peculiaridades da região: ameaçados pela implantação de um depósito de lixo atômico no município de Aracruz, diversos setores da sociedade civil local, dentre as quais a Igreja, membros da comunidade universitária e outros grupos moleculares, resistiram com sucesso à consumação do fato que, em hipótese contrária, teria causado efeitos devastadores sobre o meio ambiente.

Vitória é considerada a segunda cidade mais poluída do país. Ao seu norte há a Companhia Siderúrgica Tubarão (CST) e no município citado está a superpoluente Aracruz Celulose, para ficarmos em dois dos mais graves casos de ameaça ao sistema ecológico da área e à saúde da população. A primeira, bastante velha e sem equipamentos antipoluentes adequados, esteve interditada pelas autoridades no final do ano passado. A segunda, para tornar-se um pólo internacional de fabricação da matéria-prima, terá sua produção duplicada. Os distúrbios ecológicos na região Norte já se fazem sentir e são mais do que alarmantes: rios que secam, plantações de eucaliptos que não se desenvolvem, para não falarmos nos altos índices de doenças respiratórias que têm atingido seus habitantes. Some-se a essa realidade outra tão desalentadora quanto é a do saneamento básico e teremos a dimensão da importância da luta pela conservação da natureza. Vários municípios desconhecem o que seja rede de esgotos e, na própria capital, este é de uma precariedade assustadora. Tudo é jogado diretamente nas galerias e a Baía de Vitória está condenada, por assim dizer, pelos altos índices de poluição de suas águas. No último verão quase todas as praias estiveram contra-indicadas.

Em seu congresso de fundação, a Famopes elegeu as lutas pela preservação do meio ambiente e por saúde pública suas maiores bandeiras. Quer pela importância objetiva de se resistir à destruição,

quer pela capacidade destas aglutinarem diferenciados e extensos setores da sociedade civil, como a classe média, a média e, principalmente, os mais prejudicados, os moradores dos bairros e municípios carentes de infra-estrutura. Como sublinhou um dos líderes da Famopes, Aloisio Krohling, a quem entrevistamos, essas bandeiras são as mais candentes e, ao mesmo tempo, as menos sujeitas a manipulações partidárias e sectarismos. São as que unem mais.

Mas não se trata das únicas. As condições de criação da Federação, em grande medida, foram dadas pelas mobilizações no campo da saúde e dos transportes levadas em Vitória e cidades vizinhas. Na primeira fase há um movimento que participa do Conselho Estadual de Saúde, onde são decididas inúmeras questões de interesse, dentre as quais, a própria aplicação dos recursos do Inamps. Em Cariacica, a criação do Cimis (Conselho Municipal Inter-Institucional de Saúde), deveu-se muito à pressão exercida por parte da Famoc que, agora, batalha pela implantação de um hospital no município.

Quanto aos transportes, o período 83-84 foi repleto de mobilizações em Vila Velha, onde conseguiu-se a efetivação de linhas municipais, em Serra, com a luta contra o péssimo estado de conservação dos ônibus, responsável direto pelo desconforto dos usuários e ameaça constante de acidentes e, em Cariacica, pela abertura de novas linhas e regularização dos horários das já existentes. A significativa melhora dos transportes coletivos na Grande Vitória e a instituição, há dois anos atrás, na Cetub (Companhia de Transportes Urbanos), de um órgão chamado Codivit (Conselho de Desenvolvimento Integrado da Grande Vitória), na qual a população possui representação permanente, são dois dos reflexos mais positivos de toda aquela movimentação. Atualmente, está em andamento o projeto Transcol (Transportes Coletivos), que tentará equacionar de forma integrada e racional essa questão na Grande Vitória, através da construção de terminais estratégicos nos municípios.

Embora algumas lideranças como Paulo Mateis, presidente da Famoc, com quem também conversamos para a realização desse relato, debitem à participação na Codivit um certo arrefecimento do movimento, ela tem sido da maior valia para a obtenção de informações e capacitação técnica e política dos representantes populares, que puderam entrar em contato com uma visão mais administrativa e de totalidade do sistema de transportes. De qualquer forma, por mais que sejam espaços interessantes de confronto e aprendizagem, a participação popular em ambas instâncias ainda é limitada. Atesta o fato a composição desfavorável — cinco representantes de municípios, os respectivos prefeitos e 3 ou 4 secretários de estado — que resulta, quase que inelutavelmente, na recusa das principais reivindicações da população.

Haveria ainda em Vitória um movimento de moradia mas que, no momento, encontra-se muito desmobilizado e cindido por motivos políticos. Aliás, essa questão do solo e da reforma urbana tem sido mais debatida nos municípios de Serra e Vila Velha. Especialmente neste último, onde a discussão do Plano Diretor Urbano tem despertado a atenção do Conselho Comunitário pois, definições como a sobre o gabarito para o "construa-se", podem mudar a face de Vila Velha.

Famopes: estrutura interna e perspectivas

A organização da entidade, desde a realização do congresso, busca refletir sua natureza federativa e, particularmente, a composição bastante heterogênea que possui — em termos temáticos, etários e políticos, já que a nível social ela é essencialmente popular, tendo a classe média, por exemplo, os grupos feministas de Vitória, se ausentado do processo. Nesse sentido, além da diretoria executiva e da ampliada, eleitas por dois anos com as funções básicas de implementarem as decisões políticas tomadas no congresso e cuidarem e dinamizarem todo o esqueleto organizativo da Federação, ainda existem o conselho de representantes — órgão de funções deliberativas composto de elementos de todos os movimentos e entidades — e os departamentos. Estes últimos possuem suas plenárias próprias e, nas matérias específicas, têm autonomia sobre as instâncias precedentes, num esforço de se aproveitar, sem descaracterizar, as estruturas que já movimentavam-se na cidade como as de saúde, meio ambiente e moradia. Vale sublinhar ainda que devido ao seu caráter estadual foram criados conselhos regionais (Norte I e II, Sul, Centro), com o intuito de reunir certos municípios que compõem pólos significativos e são afetados por problemáticas comuns.

Para a direção da Famopes esse será um ano, acima de tudo, de estruturação interna e maior consolidação de suas bases. De ampliação do número de entidades filiadas a seus quadros e dinamização de sua embrionária estrutura. Embora os três encontros que precederam e prepararam o congresso de fundação tenham sido muito ricos, e deste, tenham participado 9 municípios e representantes dos mais variados movimentos da capital — além dos comentados até aqui, compareceram delegados dos mutuários, domésticas e do Cimi (Conselho Indigenista Missionário) — tem-se a plena consciência do quanto há por se fazer e de que a conquista de uma efetiva abrangência e representatividade por parte da Federação, demandará frequente intercâmbio, discussão e apoio às diversas entidades da região. Passará também, pelo acerto de certas desavenças, das quais as existentes entre os distintos núcleos de moradia são as mais urgentes. De imediato, vai se abrir o debate sobre esse tema através de um bem preparado seminário.

Os movimentos comunitários



Movimento pelo Ensino Público — Grande Santa Rosa

Introdução

Não por mera questão semântica, os MPUs no Rio Grande do Sul são chamados de Movimentos Comunitários (MCs). Essa designação deita raiz num antigo costume de associação que, diferentemente da maioria dos outros estados, se edificou e ganhou impulso na última década, não tanto sobre e através do que temos denominado “movimentos” — estruturas quase sempre não-legalizadas e dirigidas por coordenações, de caráter reivindicatório evidente e trajetória inconstante — mas, a partir de associações comunitárias, de amigos de bairros, de uniões de nível municipal e da federação estadual, todas formalmente constituídas e com um forte traço de permanência. A Fracab (Federação Rio-Grandense de Associações Comunitárias e de Amigos de Bairro) criada em 1959, é a grande expressão dessa tradição.

É certo que nem todas as ações populares, seja em Porto Alegre (PA), ou em outras cidades, passam necessariamente pela Fracab e/ou respectivas uniões municipais: é o caso da Frente Gaúcha pelo Direito de Morar, que reúne além destas, partidos e o Movimento de Justiça e de Direitos Humanos; do Movimento pela Melhoria do Transporte Coletivo de Sapucaia, formado por AMs, alguns sindicatos e militantes partidários; e, para ficarmos em uns poucos exemplos, o Movimento de Moradia de Novo Hamburgo, onde a união local tem apenas uma participação formal. É certo também que no final dos anos 70 e início dos 80 eclodiu uma série de pequenos conflitos sociais, dentre os quais citamos as resistências aos despejos, as lutas pelo acesso a serviços urbanos como água e luz, a mobilização por mais vagas nas escolas da Grande Santa Rosa e

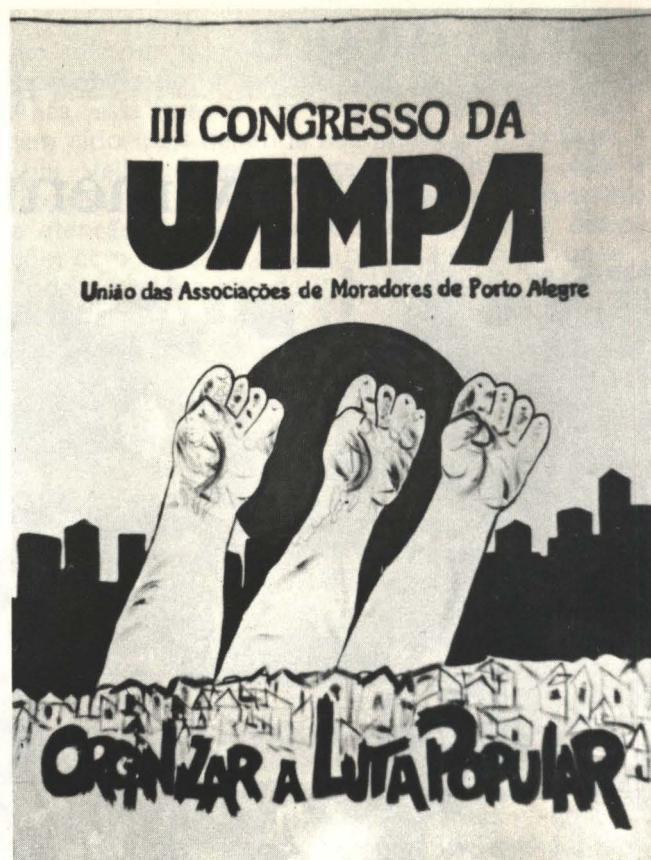
pela melhoria dos transportes na Lomba do Pinheiro, cuja consequência imediata foi o fomento da organização popular no estado e, em particular, na capital gaúcha.

O que parece peculiar é que, em regra, o desdobramento dessas manifestações não foi a ampliação, mesmo que setorial, desses movimentos, nem a criação de articulações por demandas específicas, nos moldes das existentes em São Paulo. O que se deu foi a retomada, em 82, da direção da Fracab por parte de uma composição de forças populares progressistas. Portanto e, tão-só neste sentido, o caso do Rio Grande do Sul guarda semelhanças com o do Rio de Janeiro: há uma unidade não questionada, se é que pode-se dizer assim, em função de uma tradição consolidada há décadas e cuja expressão é a existência de uma única e grande Federação Estadual, reunindo (pretendendo reunir) todos os movimentos de bairro do estado. Logo, a base dos MCs é essencialmente definida pela territorialidade e não por movimentos específicos. Após essa inflexão na história recente da entidade, assistiu-se a uma intensa dinamização dos seus quadros, pela qual, do total de aproximadamente 1300 AMs e 22 uniões municipais, a Fracab passou a abrigar mais de 800 das primeiras e 19 das segundas. Se tínhamos destacado linhas atrás uma semelhança com a federação carioca, a Famerj, vale sublinhar agora que, distintamente desta, não há no MC uma diversidade social significativa, sendo sua base composta praticamente de entidades representativas dos bairros pobres. Especialmente em Porto Alegre, as associações dos setores de classe média não têm nenhuma expressão no cenário político da cidade. É ainda aspecto distintivo do MC desta metrópole a presença pouco expressiva da Igreja, cuja ação é muito localizada e restrita à Zona Sul.

É dentro desse contexto de revitalização da Fracab que, em outubro de 83, foi fundada a Uampa, União de Associações de Moradores de Porto Alegre. Sua criação havia sido um dos principais pontos do programa da chapa de oposição que no ano anterior assumira a direção da Federação Estadual. Do seu congresso de fundação participaram 51 AMs. Em 87, de um total de 300 associações cadastradas pela prefeitura, o seu número de filiadas subiu para 180.

Uampa: reflexos da dispersão e da tradição assistencialista

Porém, esse crescimento quantitativo, ocorrido sobretudo durante o período de confronto com as administrações nomeadas e descomprometidas com os setores populares, das quais a gestão Guilherme Vilela foi a derradeira, não retrata, e mais, pode encobrir as infinitas dificuldades pelas quais a Uampa tem passado para se afirmar como União Municipal. De pronto, deve-se salientar que esse



desenvolvimento não pode ser encarado apenas como decorrência de lutas efetivas, como frutos naturais de grandes processos mobilizatórios. Muitas entidades (associações e uniões) foram criadas na qualidade de verdadeiras extensões de aparelhos administrativos municipais, ou, para cumprirem o papel de territórios de controle eleitoral de políticos, enquanto outras ainda têm uma longa tradição comunitária assistencialista e existência meramente formal. Em consequência e, a despeito de certas iniciativas tímidas de corte mais global, como a luta dos mutuários a partir de 83, a campanha contra o desemprego entre 83 e 85, e o apoio às ocupações de conjuntos habitacionais de 86 para cá, a verdade é que tanto a Fracab quanto a Uampa não têm conseguido produzir fatos políticos abrangentes, unificadores.

A tônica do movimento comunitário ainda é a dispersão e o isolamento das lutas nas vilas e nos bairros: ou seja, há toda uma estrutura regional e estadual, mas são poucas as experiências de lutas gerais. O reflexo mais grave e imediato desta defasagem incide sobre a estrutura organizativa dessas entidades. A Uampa, por ser mais nova, ressent-se ainda mais. Seu amplo esquema organizativo fica bastante debilitado, para não dizermos inoperante. Em tese ele constituiria-se de: o congresso, instância maior de decisão da União, pela qual, a cada dois anos, é eleita a diretoria e seu programa político e de ação; o Condell, conselho deliberativo, formado por um representante de cada AM filiada, e que deveria reunir-se de três em três meses para

decidir e encaminhar lutas, atividades e o próprio funcionamento da entidade; o Conin, conselho intermediário, do qual participam os diretores mais os representantes de cada "microzona"; e a diretoria, a responsável pelo dia-a-dia da União. Esta última, subdivide-se nos departamentos de saúde, habitação, transporte, educação, direitos humanos, imprensa e cultura.

Na prática, contudo, só a diretoria tem funcionado com regularidade. Em alguns momentos um ou outro departamento. Pela estrutura formal descrita acima, as decisões caberiam ao Condell, porém, como esse em 87 só conseguiu realizar duas reuniões, é a primeira que tem assumido para si esse direito. A participação das entidades e dos respectivos representantes de base tem sido muito limitada. **O fluxo dessas lideranças à Uampa, requisito vital para sua dinamização, tem restringido-se, praticamente, aos congressos. Há um abismo entre o clima de euforia destes e o cotidiano desmobilizado e, na melhor das hipóteses, atomizado das lutas dos bairros.**

Nessas circunstâncias, arriscamos afirmar que a União tem limitado suas atividades a responder a uma ou outra solicitação, a apoiar algumas lutas localizadas e acompanhar processos de criação de novas associações e mudanças de diretoria das antigas. Na medida que não tem logrado constituir-se num organismo que trace diretrizes para a cidade e as execute, ela tem restringido-se a desempenhar o papel — que certamente lhe cabe também — de entidade de apoio e de acompanhamento. Poucas iniciativas foram tomadas, de fato, no sentido de articular movimentos locais e unificá-los.

O processo de regionalização da União

Dizemos, de fato, porque com ênfase especial no II Congresso, realizado de 25 a 27 de julho de 86, várias das dificuldades enfrentadas pela União foram exaustivamente debatidas e suas superações colocadas como desafio de todos. Dentre elas vale lembrar: a importância de se estabelecer uma direção clara para o fortalecimento do MC em geral e da própria Uampa, em particular; como corolário político desta, destacou-se a urgência de se definir uma estratégia de articulação e unificação; redefinição da estrutura organizativa, com vistas a solucionar a grave dicotomia diretoria/base; encaminhamento do processo de regionalização da União; esforço de capacitação das lideranças no sentido de suprir a enorme carência humana para o trabalho comunitário.

De todas essas diretrizes, a que talvez tenha sido mais concretizada e mereça destaque é a regionalização da entidade. Em agosto do ano passado, 10 AMs da Zona Norte decidiram se articular para o trabalho, com o objetivo de encaminharemos lutas comuns e de ajudarem-se mutuamente no fortalecimento de suas associações de base. Embora ainda

seja muito cedo para uma possível avaliação dessa medida, alguns comentários já podem ser feitos. É indiscutível a obtenção de certos resultados imediatos: realização de dois encontros nos quais se discutiram e se inventariaram os problemas da região visando levá-los para o conselho popular — órgão estatal com participação de representantes dos moradores estruturado na gestão Collares, da qual logo falaremos; com base neste processo elaborou-se a "Carta da Zona Norte" que foi entregue às autoridades; e, por fim, a organização de um jornal. Essas iniciativas parecem refletir uma necessidade que o MC porto-alegrense começa a sentir, de formular seus projetos alternativos, ao invés de simplesmente permanecer a reboque das propostas oficiais. Não houve, contudo, mudanças no sentido de envolver as bases das AMs nesse processo. A tendência ainda é das lideranças determinarem e encaminharem as reivindicações diretamente aos órgãos públicos.

Os descaminhos dos MCs na "Nova República"

A fragilidade e a desorientação dos MCs no estado têm se agravado nos últimos anos com as gestões do PMDB e, a nível municipal, do PDT. Até meados da presente década, os órgãos governamentais exibiam grande descaso diante das carências e reivindicações do movimento comunitário. Estabelecia-se, desta forma, uma relação de enfrentamento aberto e direto, concretizada em manifestações públicas e eventos do gênero, nos moldes da dinâmica mais simples e sem disfarces das lutas sociais urbanas. Os MCs debatiam-se não para serem reconhecidos, porque sempre tiveram uma estrutura legal, mas para terem suas reivindicações aceitas, para mostrarem assumidamente sua face reivindicativa.

Com a "Nova República", decididamente, o discurso da participação comunitária tornou-se a "fala" e metodologia oficial de ação. Tanto a Fracab quanto a Uampa passaram a integrar e a contribuir para diversos projetos, programas e conselhos. Para termos uma idéia, a federação atualmente participa dos seguintes órgãos: Conselho Estadual de Saúde; da Mulher; Conselho Deliberativo da Febem; Departamento Municipal de Limpeza Urbana (PA); Cobal; Conselho Municipal dos Transportes (PA); e Conselho do PAISM (Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher). Já a Uampa passou praticamente 86 inteiro envolvida com a elaboração do projeto dos "Conselhos Populares".

Esse envolvimento, em si, não significa algo negativo. **O diálogo, a convivência, conflitiva ou não, com aparelhos estatais, o acesso às políticas públicas e a tendência dos movimentos urbanos de interferirem e tornarem-se coadjuvantes, digamos assim, delas, fazem parte do jogo democrático, do próprio processo de constituição e desenvolvimento.**

to dos MCs. Estes surgem e crescem, mesmo quando mantêm sua independência resguardada, em relação ao Estado.

Os MCs de Porto Alegre, contudo, entraram nesse campo ardiloso do confronto social bastante despreparados: sem propostas e projetos claros, exeqüíveis e, de fato, representativos da população e, ainda por cima, com uma estrutura de organização débil. De forma peculiar se comparado às experiências de outros estados, ele "pulou" de incipientes mobilizações urbanas, para a retomada de uma enorme federação com forte tradição assistencialista, daí, para uma importante e pretensiosa União Municipal para, enfim, arrastado por uma conjuntura democratizante, um estágio de aproximação desregrada com os órgãos públicos. Neste sentido, é hipótese plausível que todo esse processo de passagem das mobilizações de caráter atomizado e local do início dos 80, para formas superiores de organização — aliás, lógica dominante nos MPUs e com frequência implementado mecânica e prematuramente — tenha ocorrido de maneira meteórica, sem que houvesse condições e perspectivas para tanto.

De qualquer forma, duas conseqüências imediatas dessa vivência foram a subordinação acrítica do movimento ao ritmo e à dinâmica das administrações públicas e o estrangulamento do tempo disponível ao trabalho comunitário de base das suas lideranças, pelo empenho desmedido em atividades burocráticas e inseqüentes. Ilustram e comprovam essas idéias, tanto a série de instâncias pretensamente deliberativas das quais a Fracab toma parte mas que tem se revelado de escasso retorno aos MCs, quanto a exaustiva e infrutífera participação da Uampa na discussão sobre a formação dos Conselhos Populares. Quanto a estes, depois de um ano e meio do encaminhamento de seu projeto de lei à Câmara dos Vereadores e, sem que tenha havido a menor pressão das associações no sentido de sua aprovação, o plenário rejeitou-o solene e tranqüilamente.

A terceira e mais grave conseqüência refere-se ao reforço da idéia de que as AMs são entidades de prestação de serviços e não de luta. Exatamente pelo fato de existir grande tradição comunitária de

natureza assistencialista em todo o estado e de participação "por cima", é que os referidos projetos e outros de corte assistencial manifesto, como o do leite, do rancho, do agasalho, do sopão, cujos principais porta-vozes são a LBA (Legião Brasileira de Assistência) e o Seac (Secretaria Especial de Ação Comunitária) repercutem e envolvem a população e seus representantes. Ao invés dos tradicionais esquemas clientelistas de expressão individual, do "toma-lá-dá-cá-teu-voto", esses são esquemas mais refinados com tinturas participativas e democráticas.

O trabalho pedagógico: tradição e mudança

Quanto às assessorias seria oportuno se atentar para a atitude educativa de base antropológica, de procurar-se conhecer as categorias de representação do grupo social em vista. Uma boa iniciativa poderia ser a feita de um estudo que possibilitasse um maior conhecimento das características da tradição comunitária gaúcha e da Fracab em especial. Não apenas examinando-a do ponto de vista sociológico e político — esquemas caudilhistas de proteção e controle entre outros aspectos — mas, considerando sobretudo elementos antropológicos e culturais — por exemplo, o legado de um assistencialismo típico da cultura política rio-grandense — que ainda a constituem e lhe tem permitido manter-se por tantos anos como entidade federativa única e centralizadora dos MCs.

Em outros estados, no bojo dos "novos" MPUs, alguns preconceitos foram alterando-se, como o da participação das mulheres na vida política cotidiana e em função da rejeição aos esquemas verticalistas de representação, estabeleceram-se relações originais de convívio e associação. Produziu-se, enfim, uma noção mais ampla de organização popular, de direito e participação social.

No sul, certamente, velhas formas de atuação também foram reinventadas e outras conservadas. É necessário que se pense essa trajetória recente, com parâmetros macros pois as lutas urbanas estão, sem dúvida, referidas a uma conjuntura global mas, tratando sempre de mediá-las pelas realidades irremediavelmente distintas de cada região do país. Buscando trabalhar a especificidade histórica dessas experiências e suas tradições políticas e culturais: suas formas de sobrevivência, de organização da produção material e intelectual, de expressão religiosa, seus códigos éticos e morais. Decodificando-as para melhor potencializá-las. Articulando tradição e ruptura (mudança). Partindo-se dessa tendência ao associativismo legal e assistencialista para então construir-se uma identidade e uma vontade própria, produzida através do reforço de suas organizações de base e da elaboração de propostas políticas alternativas e exeqüíveis.



Limites e dilemas da participação popular



O ano de 1987 foi marcado por um expressivo e alentador acontecimento para os movimentos populares de Pernambuco: a criação da Femeb — Federação de Bairros da Região Metropolitana de Recife.

Atestam a importância do fato a ampla cobertura realizada pela mídia local — rádio, TV e jornais —, o apoio e comparecimento de autoridades dos governos do município e do estado, a presença solidária de representantes da CBB (Comissão de Bairros de Belém), da CUT, CGT, Comissão de Justiça e Paz e outras instituições da sociedade civil, mas, sobretudo, a expressiva presença no Congresso de Fundação da Federação de 107 AMs, de movimentos, articulações e de 412 delegados.

Embora já existissem duas entidades de pretensões semelhantes no estado, a Fecop (Federação

Comunitária de Pernambuco) e a Femocohab (Federação de Associações de Moradores de Vilas da Cohab e Similares), estas jamais foram portadoras de uma representatividade real. Trata-se, respectivamente, de “crias” das gestões de Roberto Magalhães e Gustavo Krause, ambos à época do predomínio do PDS no estado, de atuação marcadamente conservadora e voltada para apoiar os projetos sociais daquelas administrações. É revelador, nesse sentido, um panfleto de apresentação da Fecop, fundada em 1983, que, ao lado de genéricos pedidos de subvenções municipais para os conselhos de moradores e associações, da criação de um centro cultural e do estabelecimento de audiências quinzenais de finalidades vagas com o prefeito e equipe, coloca como ponto central de seu programa, a não menos indefinida e despropositada formação de uma secretaria comunitária, sem que fosse feita uma única referência às organizações, às lutas e reivindicações concretas da população recifense.

Da “assembléia de bairros” à Femeb

A Femeb é um desdobramento natural e desejado da articulação chamada “Assembléia de Bairros” (AB), que durante esta década foi o principal centro de aglutinação das forças populares na capital pernambucana. Surgida em 80, através do estímulo da Ação Social da Arquidiocese de Olinda e Recife, ela visava, de início, cobrar das autoridades uma ação mais eficaz e contundente diante das verdadeiras calamidades causadas pelas enchentes, nas áreas mais desprovidas da cidade. Aos poucos, contudo, ela foi assumindo as reivindicações urbanas relativas à posse da terra, habitação, saneamento básico e transportes coletivos, passando a reunir em suas plenárias trimestrais uma quantidade crescente de bairros, que lhe conferiam uma certa representatividade entre os moradores mais engajados e algum respeito frente aos poderes governamentais.

Tal respeito foi conquistado a duras penas pois, no começo dos anos 80, a administração pública ignorava a AB enquanto entidade de representação e negava-se a negociar diretamente com seus líderes. Remonta a esse período a criação da Fecop, com o intuito de enfraquecê-la, de minar esse esforço de unificação e construção de um fórum de debates dos setores populares. De certa forma, o que unificava os movimentos e as AMs enfiadas na AB era a rejeição a esse fisiologismo e, em contraste, a vontade de afirmação de uma identidade própria, autônoma. Dentro desse quadro hostil, diversos bairros ainda encontravam-se muito mais voltados para a relação direta com políticos e partidos, do que para a valorização de suas estruturas organizativas. Com efeito, estas viam-se profundamente apartadas em territórios sob o domínio deste ou daquele personagem político, desta ou daquela força partidária. Até 1984, em que pese ter encaminhado algumas lutas importantes, como o apoio aos moradores do Coque contra a venda da área pública da ilha de Joana Bezerra, e aos da região do Pina, na luta pela posse da terra, a própria AB era muitas vezes identificada com uma única tendência do movimento, o que afastava diversos setores de seu campo de atuação.

A campanha das diretas e todo o clima de mobilização nacional, emolduraram uma nova conjuntura em que o sectarismo, as divergências e, portanto, o isolamento começaram a ser gradativamente quebrados. A AB passa a encontrar-se com outros setores do movimento popular, como foi o caso do movimento sindical dito combativo, do MDF (Movimento de Defesa dos Favelados) cuja criação tinha se dado por essa ocasião com o apoio da Igreja Católica, participa de debates na OAB, em emissoras de rádio e do Fórum sobre Transportes promovido pela Universidade Federal e pela EMTU (Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos). Aliás, esta última questão, no decorrer dos anos 80,

tem se mostrado uma das mais explosivas. No ano das Diretas-Já, a luta dos transportes levou às ruas de Recife duas grandes mobilizações, com mais de 5.000 pessoas cada uma, das quais resultou um comitê de apoio composto por entidades sindicais, estudantis, de bairros, parlamentares e movimentos religiosos. Estatização progressiva do sistema, barateamento, quando não, congelamento das tarifas, melhoria da qualidade dos serviços e a polêmica reivindicação pelo fim da EMTU, têm sido as principais bandeiras desse movimento que no ano passado voltou a manifestar-se na cidade.

Mas foi com a vitória de Jarbas Vasconcelos em 85 e Arraes em 86 que se consolidou uma mudança favorável aos MPUs no quadro político do estado. Não só em função de que nesses governos os diversos movimentos e a própria AB, ao contrário das gestões anteriores, passaram a ser reconhecidos como interlocutores legítimos e autênticos, mas, principalmente, pelo fato de que na esteira da convergência popular a essas candidaturas, aqueles territórios, antes estanques e isolados por desavenças políticas, cederam espaço a um movimento mais orientado à confluência, à reflexão conjunta sobre o que poderia e deveria ser uma gestão democrática e popular. Assim, a construção de uma entidade para toda a região metropolitana de Recife, que vinha oportunamente sendo ensaiada através da AB, pode ter seu respaldo político ampliado dentro desses governos. Outra resultante dessa atmosfera foi a criação de um consenso mínimo entre as próprias tendências do movimento para a edificação da Femeb. O surgimento desta, por conseguinte, representa tanto o reflexo de uma conjuntura estimulante, quanto a concretização de um fim antigo do movimento.

O amadurecimento desse sentimento de união e totalidade pode ser localizado de modo desenvolvido já no processo eleitoral anterior ao pleito de 85, quando a “assembléia” e outros movimentos não tão abrangentes mas nem por isso menos expressivos, como o MDF, tornaram públicas suas reivindicações. No intuito de comprometer os candidatos, ambos elaboraram uma espécie de carta pública apresentando suas propostas.

Os representantes das comunidades faveladas haviam acabado de organizar e realizar na cidade, em julho, o seu V Congresso Nacional, com a presença de delegações de vários estados. Desponta no texto final uma inclinação a incorporar-se os problemas ligados a outros setores do campo habitacional como os do projeto Pró-Morar, do mesmo modo que uma surpreendente inquietação por questões ligadas à cidade, porém, apenas indiretamente e, a médio e longo prazos, vinculadas a seus interesses. Construção de viadutos, denúncias de negociações de áreas vizinhas às suas e que, num futuro, poderiam representar a expulsão branca de seus moradores, protesto contra a instalação de postos de gasolina nas cercanias de favelas, pela



Congresso Assembléia de Bairros — Criação Femeb

ameaça que representariam à precária segurança dos barracos e outros pontos, compõem o elenco variado e claramente preventivo de suas preocupações.

Essa atitude de iniciativa e de incidência em âmbito que extrapola a luta localizada na própria comunidade foi expressa mais recentemente de forma vitoriosa na pressão pela aprovação do Prezies — Projeto de Regulamentação das Zonas de Interesses Especiais — que foi defendido também pela Comissão de Justiça e Paz. Ano passado, após a sanção do Prefeito Jarbas Vasconcelos, este projeto-lei foi aprovado na Câmara Municipal e agora está em vigor. Objetiva promover a regularização jurídica da terra e propiciar sua integração à estrutura urbana. É, agora, uma poderosa arma ao alcance de qualquer favela, contra os mais variados e sutis artifícios de remoção, comumente acionados pelos especuladores imobiliários.

Já no texto da AB referente à participação dos movimentos de bairros na gestão democrática da prefeitura, além dos tradicionais itens sobre a questão urbana, releva o desejo de se ter acesso à informação da situação orçamentária do município, bem como o direito de influir, conforme suas prioridades, na aplicação dessas verbas.

Esses anseios de participação em níveis mais elevados, talvez de modo meio precipitado e, naquele momento, por uma via inadequada, veio à tona abertamente em dezembro de 85. Numa plenária com o então eleito Jarbas Vasconcelos, a AB reivindicou, no que foi de imediato atendida, a criação de um conselho popular. Esta questão, contudo, havia sido pouco discutida, não se tendo clareza suficiente de seus objetivos, atribuições e da própria composição que eles deveriam ter. A

“assembléia” achava-se um tanto esvaziada, vivendo uma certa “ressaca” pós-eleitoral, processo ao qual seus militantes haviam terminado de se entregar. Sabe-se que nestes períodos, a despeito das brechas que se abrem para que suas reivindicações sejam amplificadas, a luta dos bairros perde um pouco de ímpeto, tomadas e abafadas que estão pela mobilização mais envolvente do pleito. A AB estava fragilizada e muitos de seus líderes viram na proposta dos conselhos a possibilidade de se refortalecer o movimento. Todavia, em meados de 86, iniciou-se um processo de autocrítica dessa solução “por cima” e decidiu-se voltar ao trabalho de restabelecimento de sua estrutura organizativa pela base, mas já visando a construção de uma federação ampla e representativa.

Para o início de 87 convocou-se um seminário sobre o tema organização popular, do qual participaram 56 entidades, onde deliberou-se sobre a realização de um congresso de fundação da federação. Deflagrado esse processo, houve cinco reuniões plenárias com discussões previamente travadas nas AMs sobre itens como, lutas urbanas, critérios de participação, chapas, mas especialmente a respeito da validade e da importância da federação para os MPUs de Recife e sobre a natureza do futuro relacionamento desta com as entidades de cada área, movimentos específicos e articulações. Vale sublinhar todo esse período de preparação o esforço das lideranças em incorporar as contribuições de entidades antes alheias à proposta. O mesmo ocorreu a nível das assessorias que, após algumas resistências, formaram um coletivo interentidades, com a presença da FASE, Ceas, Etapas, Gajop e outras, que desempenhou decisivo papel na estruturação e no andamento do congresso. A Femeb foi fundada a 6 de setembro de 1987.

Particularidades do movimento popular recifense

A estrutura de organização interna da federação pouco, ou quase nada, distingue-se das suas similares em outras regiões do país. Uma diretoria executiva, mais 8 departamentos — de saúde, comunicação, educação e cultura, transportes, abastecimento, habitação, o jurídico e o de assuntos especiais — formam a direção ampliada de 15 membros; o congresso é a instância máxima da entidade; e existe também um conselho de representantes com amplos poderes deliberativos.

Em primeiro lugar, a especificidade maior da capital pernambucana reside no fato de ela possuir desde o ano passado uma federação única — desconsideramos intencionalmente, pelos motivos expostos no início deste relato, a mais do que inexpressiva Fecop — onde agrupam-se a maioria das AMs, ao lado de outros movimentos e articulações que, embora filiados à Femeb, mantêm intensa atividade própria. Para efeito de ilustração citamos: o Movimento Popular de Saúde (Mops), o MDF, a Comissão de Transportes do Movimento Popular — que com o apoio da federação organizou no ano passado as passeatas contra a política de transportes —, o Movimento de Escolas Comunitárias e as Articulações da Casa Amarela (Feaca), Caxangá, Iputinga, além das existentes nos municípios de Olinda, São João da Mata e Jaboatão. Uma síntese comparativa, sem dúvida alguma, bastante arriscada, poderia ser feita assim: São Paulo possui vários "movimentos" mas não tem sua federação; o Rio Grande do Sul e, em particular, Porto Alegre

contam, respectivamente, com uma federação e uma união, mas não desfrutam de movimentos específicos significativos; Recife, porém, teria essa peculiaridade de combinar uma federação que logrou alcançar um certo grau de unidade, manifesto inclusive na composição política variada de sua direção, com "movimentos" bastante atuantes.

Por outro lado, e esta é uma segunda particularidade conjuntural da região, tem havido forte presença do governo municipal nas comunidades através de projetos, dos quais a "Prefeitura nos Bairros" é o maior expoente. Este, a despeito de algumas contradições, não teve e não tem a intenção de "neutralizar" ou "dividir" a organização popular. Tal não é o estilo do prefeito que possui uma razoável consciência da necessidade dos movimentos terem organicidade própria e autêntica. Seu objetivo é realmente procurar conhecer de perto, através de uma estrutura ágil e "móvel", que facilite soluções igualmente ágeis e adequadas às condições de cada bairro. A este propósito a Articulação de Caxangá é um exemplo interessante da eventual fertilidade dessas iniciativas do poder municipal. Em janeiro de 87, estimulados pelo aludido projeto, as lideranças da área passaram a se encontrar com o intuito de inventariar seus problemas comuns e apresentá-los aos "enviados" da prefeitura. Após muitas discussões criou-se um órgão, o Conselho do Setor Caxangá, composto de moradores e agentes do governo, o qual poderia representar um esfriamento do ímpeto de organização independente. Todavia o resultado desse processo foi outro: a maior delegação presente, meses depois, ao congresso da Femeb, seria exatamente a de Caxangá.





Dia Nacional de Luta pela Moradia

Apenas depois dos primeiros anos de gestão é que os limites dessa política administrativa foram se delineando com mais visibilidade. A maior aproximação e compreensividade, digamos assim, dos aparelhos estatais com os MPUs, traduzidas na participação destes nos diversos organismos, canais de consulta popular e projetos implementados ou em vias de sê-los, têm esbarrado ora nas desfavoráveis correlações de força destes órgãos, ora no controle e na sonegação de informações indispensáveis à intervenção dos representantes populares nos processos decisórios reais desses empreendimentos. Nem a AB, nem a Femeb conseguiram, conforme haviam requisitado, ter acesso e poder de decisão sobre as prioridades do orçamento do município, para ficarmos em apenas um aspecto da questão.

É claro que existem diversas dificuldades nesse processo de abertura e democratização da máquina estatal, depois de tantos anos de gestões burocráticas e antipopulares. Os vícios dessas experiências conservadoras estão arraigados nos agentes e técnicos de todos os níveis dessas instituições; os interesses em jogo são com frequência escusos, múltiplos e conflitivos; os trâmites legais que garantem a nível prático as mudanças de filosofia e metodologia de trabalho são morosos em excesso; a execução e o desenvolvimento dos projetos com um mínimo de "troca" com a população, de fato, os tornam um pouco arrastados; o clientelismo e a manipulação político-administrativa transmutam-se e continuam grassando em secretarias e departamentos, muitas vezes à revelia do próprio prefeito e de seus assessores mais diretos e assim por diante, numa lista infundável de obstáculos. É compreensível, portanto, o argumento de que a concretização de uma proposta democrática de gestão governamental exija algum tempo.

O que deve ser salientado, contudo, é que essas dificuldades características da historicamente sedentária e centralizada estrutura administrativa de poder, no nosso caso e, especialmente nas questões de competência estadual, têm se exacerbado por motivos políticos de difícil aceitação: na base, o comprometimento com boa parcela das forças conservadoras do estado, acertado desde o período pré-eleitoral pelo atual governador e que no plano legislativo resultou numa composição adversa, cuja maioria dos parlamentares pertencem ao PDS e ao PFL. Esse compromisso tem-no imobilizado, e pior, impedindo-no de lidar com mais atenção e transigência em relação a várias reivindicações populares. O comportamento exageradamente generoso com os empresários do setor de transportes — os quais têm sido constantemente agraciados com o "direito" de elevação das tarifas — e, em contrapartida, a atitude de encobrimento e tolerância com a violência policial nas manifestações contra esses mesmos aumentos e a própria política de transportes como um todo, talvez tenham sido, até aqui, o exemplo mais notório e revelador dessa situação.

Os riscos da "militância múltipla"

Esse quadro tem levado as lideranças comunitárias a se desdobrarem em duas grandes frentes de trabalho equilibrado. De um lado a ação de base e de estruturação de toda a federação e, de outro, a participação nos diversos projetos governamentais. Entre esses incluem-se os recém-criados, dos quais já citamos o da "Prefeitura nos Bairros", e outros, como o "Projeto Recife", que vêm se arrastando desde 83, período da gestão Joaquim Francisco. De uns tempos para cá, Jarbas Vasconcelos vem procurando "redirecionar" o projeto, o que significa a reformulação de uma herança complexa, dados a

quantidade e variedade de ações programadas, o leque de segmentos sociais envolvidos e a dependência aos inúmeros órgãos financiadores. Na verdade, porém, a essência do empreendimento permaneceu inalterada: valorização e privatização de cerca de 350 hectares situados ao longo do rio Capibaribe (margem esquerda), que serão urbanizados e comercializados junto aos setores da classe alta a preço de mercado. Com os recursos obtidos com as vendas, a prefeitura reembolsará o empréstimo concedido pela Caixa Econômica Federal para as obras de infra-estrutura na outra margem do rio, onde habita uma população de baixíssima renda. Há, no entanto, entraves crônicos, como a liberação de recursos, a inclusão dos planos diretores da maioria das áreas e os desencontros dos órgãos da URB, que têm atrasado invariavelmente o desenvolvimento dos trabalhos. Para termos uma noção, até o final de 85, ou seja, dois anos após seu lançamento, apenas 10% dos recursos estimados para o conjunto da obra, haviam sido aplicados. As consequências da lentidão de todos esses trâmites burocrático-administrativos que estão fora do alcance da federação e seus representantes são o descrédito da população e o escasso rendimento prático de todo o esforço despendido pelas lideranças populares nas inumeráveis reuniões, seminários e comissões.

Se por um lado, no caso de Recife, não há como se abster dessas iniciativas, quer pela amplitude, repercussão e marcas reais que elas imprimirão às áreas abrangidas, quer pelas características e métodos de ação relativamente populares dos atuais governos, por outro, são relativamente conhecidos, e já se fazem sentir, os riscos desse envolvimento debilitador: ativismo, possibilidade da dinâmica dos movimentos ser engolfada pelo Estado, em decorrência do inevitável enfraquecimento do trabalho de base, formação precária do apequenado grupamento de lideranças, agravado na Femeb, pelo arrefecer da participação da chapa derrotada, e ainda, a delicada relação com os movimentos específicos.

Por mais que pareça existir uma atitude zelosa quanto a essas questões e que a federação seja, indiscutivelmente, uma entidade cujo aparecimento deveu-se a uma vontade amadurecida de seus participantes — o que não é comum — vez por outra, suas lideranças têm caído numa atividade institucional excessiva, para a qual não estavam preparados, e que têm superficializado a reflexão política. **A persistir o predomínio desse ritmo e dinâmica impostos pela prefeitura da cidade à Femeb, esta poderá em pouco tempo incorrer em uma "participação pela participação", de mãos vazias, ou seja, sem propostas respaldadas pela população e competentemente elaboradas.** Poderá, enfim, afrouxar em demasia os laços com as associações de base e com os movimentos específicos. Com suas lutas.

Mas desde o início do ano há também indícios no sentido contrário. A Femeb vem desenvolvendo, juntamente com o MDF, um trabalho conjunto no tocante às questões habitacionais, tendo realizado, em fevereiro, no "Dia Nacional de Luta pela Moradia", uma passeata com 6 mil pessoas. Já o departamento de saúde tem trabalho de forma articulada com o Mops, assim como o de educação com o Movimento das Escolas Comunitárias e a Rede de Alfabetização de Adultos.

Aos educadores cabe compreender a importância que a interentidades assume no momento para os MPUs de Recife. Suas lideranças estarão sobrecarregadas não só com as exigências dessa "militância múltipla", mas também com a participação no pleito municipal deste ano. Para todos os efeitos e nessas circunstâncias, aumenta a responsabilidade de um trabalho de apoio e de municiamento de informações aos representantes do Movimento, para que eles possam formular suas próprias propostas e enfrentar os debates, tanto no campo mais técnico das comissões, quanto a nível das propostas político-eleitorais.

Articulação das lutas urbanas

Considerações sobre as propostas em disputa

Haroldo Baptista de Abreu*



A resistência urbana

Os últimos anos da década de setenta e os primeiros da de oitenta foram marcados pela crise da política de modernização conservadora e autoritária do capitalismo no Brasil. Gradual e continuamente, o Estado veio perdendo sua capacidade de promover a acumulação de capital em larga escala. A estratégia de endividamento externo e interno, de hipercentralização e concentração de decisões em privilegiados conselhos burocráticos chegou a um ponto de inflexão, levando ao esgotamento do modelo e a perda de sua racionalidade administrativa. Expressivos segmentos da classe dominante — alguns movidos pela defesa corporativa de antigos privilégios que a política fiscal, creditícia ou de subsídios do governo não mais podia sustentar, outros comprometidos com a perspectiva da reprodução global do capitalismo na sociedade

brasileira — iniciaram uma campanha pela desestatização, em defesa da “racionalidade do mercado”, e pela reorganização dos negócios públicos através da recuperação da livre iniciativa e do regime representativo.

Paralelamente, outro movimento estava em curso na base da sociedade com a organização de diversas formas de resistência sindical e “popular”. Num primeiro momento, as lutas por condições mínimas de sobrevivência, ainda que restritas, desenvolveram-se sobretudo no espaço urbano, abrindo a frente de luta pela reprodução e consumo enquanto direitos sociais inalienáveis da cidadania.

Ambos os movimentos, de setores dominantes e dos dominados, confluíram para a resistência democrática à ditadura, que se apresentava como inimigo comum a interesses socialmente diferencia-

* Assessor da FASE/Nacional.

dos, mas politicamente unificáveis naquela conjuntura. O MDB (e posteriormente o PMDB) configurou-se como instrumento político que canalizou estes anseios, apresentando-se como uma frente democrática pela recuperação do poder da sociedade civil e dos direitos dos cidadãos, embora claramente sob a direção política de representantes do neoliberalismo e de sua concepção intelectual e moral de sociedade.

A articulação desses diferentes interesses e movimentos propiciou a cobertura necessária à reorganização dos dominados no seio da sociedade civil. Multiplicaram-se as associações de bairros/moradores e diversos movimentos urbanos não institucionalizados em confronto com as políticas públicas e as agências governamentais. Ao mesmo tempo, a conquista da direção de entidades sindicais pelas oposições de "esquerda" imprimia ao movimento classista uma orientação contrária à institucionalidade estatal-corporativa que o conformava levando à reorganização do movimento sindical e à constituição da CUT e da Conclat (hoje CGT). Assistia-se à eclosão dos chamados "movimentos sociais urbanos" e do "novo sindicalismo".

A ditadura, reduzida em sua base social e política, perdeu gradualmente sua capacidade de reprimir, que se restringiu a casos exemplares como as greves do ABC e algumas manifestações estudantis e urbanas. Mesmo assim, parte das classes dominantes, algumas organizações de grande peso ideológico na sociedade civil como a CNBB, a OAB e a ABL, setores das classes "médias" e subalternas organizadas em entidades e movimentos condenavam reiteradamente os atos repressivos, solidarizando-se com os manifestantes e reforçando as demandas pela volta ao estado de direito e pela Assembleia Nacional Constituinte. Foi também o momento da campanha da anistia, das eleições para governadores após 17 anos de nomeações e eleições

indiretas manipuladas. Este processo desdobrou-se na campanha das "Diretas-Já" e, em seguida, na transição negociada entre os representantes liberais que hegemonizavam a oposição e amplos setores da ditadura para eleger Tancredo Neves e José Sarney no Colégio Eleitoral.

Nesta conjuntura, que marcou o momento culminante das demandas por direitos nas grandes cidades brasileiras, não pode ser considerado um fato insólito o crescimento das lutas populares no espaço urbano. A constituição de um bloco de forças sociais e políticas heterogêneas, mas articuladas, na sociedade civil legitimava e reforçava o trabalho de mobilização e organização desenvolvido por ativistas de diversas tendências político-ideológicas nos bairros, nas favelas, nas ruas. Constituíam-se uma consciência de direitos sociais e políticos em grandes parcelas da população urbana, alcançando as periferias, as favelas e outros segmentos dos despossuídos na cidade.

O crescimento dos movimentos urbanos colocou na ordem do dia os fundamentos sociais da cidadania¹ e da modernidade urbana,² incorporando-os ao conteúdo da luta pela democracia (por exemplo, vinculando-a não só aos direitos civis, mas ao direito à moradia, aos equipamentos urbanos etc.), constituindo uma identidade imediata morador-bairro na luta por esses direitos. Não se colocou, no entanto, a questão de ter direito à cidade como sujeito responsável por sua produção e reprodução,³ o que aponta para a necessidade de verificar o processo de constituição da identidade social desses movimentos, isto é, de como os participantes das lutas urbanas se representa(va)m na esfera da consciência social. Em outras palavras, qual a consciência que os movimentos de massas urbanas subalternas possuíam (ou ainda possuem) do seu ser social.

O eixo em torno do qual estruturaram-se as reivindicações da grande maioria desses movimentos foi a necessidade imediata de reprodução da vida (ou da força de trabalho). De fato, as precárias condições de moradia e de apropriação do solo⁴ e a ausência de equipamentos urbanos e sociais de uso coletivo⁵ conformam uma base permanente de mobilização coletiva dos moradores da maioria dos bairros das grandes cidades, sobretudo, das periferias e favelas. Mas a reprodução da vida não se limita às necessidades citadinas. A carestia, o desemprego e o meio ambiente foram (e são) objetos de conflitos que transcenderam o urbano. Se os dois primeiros têm-se apresentado cíclicos e descontínuos, sem uma base espacial, as demandas ecológicas desenvolveram-se de modo mais constante e com áreas de conflito mais explosivas.

Outros movimentos tangenciaram as questões acima, mantendo, no entanto, um espaço próprio de desenvolvimento. Nesta perspectiva, as necessidades objetivas de negros, mulheres e homosse-



xuais, por exemplo, são também relativas à reprodução da vida; sua articulação e a construção de sua identidade se fazem frente a uma cultura que os discrimina quanto à atribuição de direitos reconhecidos pela própria cidadania liberal. Neste sentido, a igualdade de oportunidades, a privacidade, as garantias concretas contra violências físicas e morais são algumas das necessidades objetivas desses segmentos, que configuram a base de suas identidades específicas em confronto com a ética racial, patriarcal, machista e excludente da sociedade brasileira.

Muitos outros movimentos ainda se organizaram nas cidades, desde o final dos anos setenta; dos meninos de rua aos camelôs e ambulantes. Sem pretender dar conta de sua totalidade, importa

destacar que cada movimento se organiza sobre necessidades objetivas de natureza coletiva, fundamento da consciência de seus participantes sobre o seu ser social, ou seja, base da construção de uma identidade social. É, sobretudo, que as propostas políticas de mobilização, educação e organização de massas incidem precisamente sobre este auto-reconhecimento como parte da sociedade e sobre a conseqüente percepção da relação da parte com o todo. A possibilidade de transformação das necessidades concretas, coletivamente sentidas, em vontade subjetiva de superá-las e em conhecimento do processo de sua superação aparece, portanto, profundamente relacionada ao processo de intervenção política na construção dessa identidade. É, portanto, essencial recuperar esta dimensão para a análise das propostas de articulação das lutas urbanas.

O popular e o urbano: identidade e política

O termo popular, cujo uso vem sendo cada vez mais difundido, apresenta dificuldades para se configurar como uma categoria conceitual. Assim como a representação de povo, popular é uma noção de entendimento subjetivo, de acordo com a perspectiva político-ideológica do sujeito e não uma categoria científica, isto é, não se trata de um conceito que reproduz intelectualmente a realidade objetiva de um determinado ser social (ao contrário da categoria de urbano como veremos mais adiante).

Dependendo da concepção político-ideológica (e, portanto, do conhecimento da realidade social que esta incorpora) de quem a emprega, a noção de popular pode significar população, os que não são das classes dominantes, os que não participam do bloco no poder, os carentes ou marginalizados na sociedade, os dominados que não se apresentam como categoria corporativa de trabalhadores ou mesmo todos os segmentos sociais que se deseja como aliados do proletariado na luta contra o capitalismo. Uma pesquisa semântica seguramente ainda encontraria outros significados atribuídos à mesma palavra.

Considerando que um determinado conhecimento da realidade é um pressuposto da prática política e que esta não se limita à vontade de agir, podemos afirmar que o conteúdo da noção "popular" expressa, a um só tempo, a vontade de uma proposta política determinada e o conhecimento apropriado pelos sujeitos portadores dessa proposta. É nesse sentido que o termo popular adquire significados tão diferenciados e, até mesmo, antagônicos. Não se tratando, portanto, de um conceito científico ou sequer de uma noção consensual de entendimento, a categoria popular não é adequada às análises concretas de realidades concretas.

Na análise e na prática das lutas urbanas, o fundamental é o conhecimento das necessidades sociais que se expressam como demandas coletivas em suas relações internas e com a sociedade como um todo. Apenas uma "análise concreta da situação concreta" de cada movimento no interior da totalidade histórico-social possibilita compreender a objetividade das demandas que configuram os movimentos, suas contradições, suas possibilidades e seus limites históricos.

Quanto ao termo urbano, que representa a concentração demográfico-espacial da cidade (urb), este só adquire um significado histórico-objetivo quando qualificado pelo modo de produção que o organiza e lhe dá vida. É este conteúdo preciso que diferencia as urbs da dominação escravista-imperial de Roma dos burgos feudais e ambos da cidade capitalista. São, portanto, as diferentes e contraditórias práticas dos agentes sociais na produção e reprodução da cidade que a qualificam; e esta dimensão necessariamente tem que ser recuperada no plano conceitual para tornar a noção de cidade uma categoria intelectual de representação de uma realidade objetiva.

As nossas cidades capitalistas, além de acumular e reproduzir o capital e a força de trabalho — ambos em escala ampliada — são produzidas de modo capitalista. Todos os seus elementos materiais são construídos pela lógica do capital, tornando-se mercadorias que, ao serem produzidas, produzem lucros para o capital. O solo, as construções imobiliárias e urbanísticas e os diversos serviços públicos essenciais transmutam-se de valores de uso em valores de troca apropriados de modo privado. Até mesmo os bens de consumo coletivo (equipamentos-serviços urbanos como água, luz etc.) têm de ser comprados, ainda que coletivamente, através



de tarifas. Em suma, os benefícios da cidade são apropriados de modo capitalista, isto é, privadamente, enquanto o seu processo de produção e reprodução é cada vez mais socializado. Reside aqui a contradição que está na base da cidade capitalista e que a distingue das formas urbanas anteriores.

As grandes cidades brasileiras, em que o processo de urbanização foi fruto de um padrão de acumulação de capital historicamente tardio e subordinado à dinâmica do capitalismo em escala internacional, expressam essas contradições de modo explosivo. A concentração das terras urbanas disponíveis nas mãos de poucos especuladores apresenta como contrapartida um imenso contingente populacional despojado da possibilidade de usufruir do solo ou obrigado a ocupá-lo "marginalmente", isto é, sem ter o direito de posse reconhecido. Outros submetem-se ao mercado imobiliário, adquirindo nas periferias lotes sem qualquer infraestrutura urbana e organizados de forma irregular ou mesmo clandestina frente à própria legislação vigente, ou ainda, através do Sistema Financeiro da Habitação.

A produção dos equipamentos e serviços urbanos subordina-se à lógica do mercado imobiliário, atendendo prioritariamente a quem pode comprá-los mediante o pagamento de impostos, taxas e tarifas. Por um lado, produz uma valorização do solo privatizado, favorecendo em geral áreas de interesse da especulação imobiliária. Por outro, não se pode esquecer que a definição tanto de seus projetos como de seus custos realiza-se mediante negociação de agências governamentais com empresas de consultoria e empreiteiras "qualificadas tecnicamente",⁶ segundo critérios de racionalidade que passam ao largo dos interesses subalternos. Processo semelhante ocorre com a rede de transporte coletivo, que tem suas linhas, itinerários,

tarifas, horários, etc., definidos em "comum acordo" com os proprietários de empresas concessionárias, subordinando as demandas sociais ao lucro.

Também os equipamentos e serviços não propriamente urbanos, como as redes escolar e de assistência médico-sanitária, necessários à reprodução da força de trabalho urbana, têm o seu processo de construção submetido a interesses capitalistas urbanos, configurando-se como serviços que acompanham e se sujeitam à lógica destes. Esta expansão, submetida à "anarquia" dos interesses capitalistas, é acompanhada da destruição do meio ambiente, um subproduto do modo de urbanização capitalista no Brasil. Ainda que não seja uma exclusividade das cidades, como o demonstram a devastação da Amazônia e do Pantanal com os projetos agropecuários que traduzem a forma de penetração do capitalismo no campo, a destruição do meio ambiente nas cidades é produto da incorporação de novas terras ao espaço urbano e ao mercado imobiliário segundo esta lógica de acumulação urbana.

Este conjunto diferenciado de contradições configura a base da política urbana, que confronta os interesses privados dos que se apropriam da produção e dos benefícios urbanos com os interesses sociais daqueles que vivem, trabalham e se reproduzem na cidade. Mas a estrutura de produção e reprodução urbanística não tem transposição direta para a política, ainda mais quando o Estado (no sentido de agências governamentais), colocando-se como o responsável pela questão do espaço urbano, apresenta-a como um "bem comum" ou "interesse público".

A penetração desse discurso na sociedade brasileira teve como efeito a transmutação dos interesses sociais dos que trabalham e se reproduzem na cidade em demandas de moradores de bairros carentes de benefícios públicos. Os movimentos de

moradores/bairros foram induzidos a ver no Estado — ou mais precisamente no governo — o inimigo de suas demandas. A eclosão das lutas urbanas durante o período ditatorial associou a identidade dos moradores com o bairro frente ao Estado à luta pela democratização da relação deste com a sociedade civil, produzindo a incorporação de suas demandas à luta pelos direitos sociais e políticos dos indivíduos-cidadãos nos limites do neoliberalismo contemporâneo.⁷

Desse modo, a base material das contradições urbanas não se tornou consciente na prática dos sujeitos sociais cidadãos. Tanto os movimentos organizados em associações, quanto os que buscaram outras formas não oficializadas e até mesmo os intelectuais socialistas tenderam a reforçar a concepção antiestatal difundida nas lutas de massas urbanas. Concepção que não explicita nem politiza a natureza da cidade capitalista e dos interesses que a dominam e conformam. Em decorrência, não se formou uma consciência de que os direitos de quem trabalha e se reproduz nas concentrações urbanas (a necessidade social) devem ser garantidos por sobre a lógica de apropriação privada e de mercado. As propostas de intervenção política passaram ao largo desta questão.

Esta tendência imprimiu às lutas urbanas uma dinâmica de articulação dos movimentos em federações de associações abarcando o conjunto das demandas dos bairros ou em organizações não oficializadas estruturadas por demandas específicas (moradia, transporte, saúde etc.), mas sempre em confronto e negociação com as agências governamentais. Com tal política, o máximo que se alcançou foi o atendimento de muitas demandas específicas e localizadas e/ou a negociação de prioridades para políticas públicas setoriais (habitação, saúde, transporte, por exemplo). Em nenhum momento, quaisquer dessas articulações conseguiu politizar as contradições urbanas, tanto por não enfrentá-las em sua totalidade, como por não aprofundar a reflexão política cotidiana sobre a cidade capitalista, na qual as massas trabalham e se reproduzem.

Articulações: experiências e propostas

As propostas de articulação dos movimentos urbanos nas grandes cidades brasileiras surgiram a partir de meados dos anos setenta, na conjuntura de avanço das lutas contra a ditadura e de reorganização dos diversos e heterogêneos movimentos de massa, expressando-se na Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais na Confederação Nacional de Associações de Moradores (Conam). A primeira configura-se, de início, como um fórum de militantes que atuam nos movimentos corporativos de categorias profissionais (sindicais) e diversos outros movimentos (populares) com a finalidade de

Por isso mesmo, tanto as massas urbanas subalternas como os dirigentes de seus movimentos reivindicatórios viveram um momento de perplexidade e de falta de rumos, quando os representantes liberais e populistas, que hegemonizavam a oposição à ditadura, chegaram aos governos estaduais e municipais em 1982 e ao governo federal em 1985. Parte dos movimentos, sobretudo de suas lideranças, subordinou-se à nova orientação governamental ou foi cooptada para cargos em agências estatais. Outros optaram pelo “aprofundamento das lutas populares”,⁸ sem ir à raiz das contradições que as moviam.

Em ambos os casos, podiam ser encontrados militantes que defendiam a “organização das massas populares”, o que recoloca a questão do entendimento do significado do termo popular. Aqui fica mais claro como os sujeitos políticos (intelectuais) definem a abrangência do popular muito mais por suas táticas circunstanciais do que por uma análise concreta da realidade. Não se partia de uma investigação objetiva de quais eram os pólos das contradições urbanas, que se manifestavam sob as relações governo/movimentos, mas do compromisso ou não com os novos governos, o que demonstra o peso da subjetividade na definição do conteúdo e da abrangência desta noção.

Por tudo isso, o uso dos termos “popular” ou “massas” deve ser qualificado por referenciais objetivos que tornem mais preciso o seu significado social (como também no plano do conhecimento). A própria associação “popular urbano” não deixa de ser meramente uma noção de entendimento, se não for a expressão de seres sociais objetivos e identificáveis. Nesse sentido, a terminologia popular urbano ou massas urbanas — representando os seres (sujeitos) que trabalham e se reproduzem na cidade de modo subordinado à apropriação capitalista — precisa ser mais investigada em seus limites e diversidade interna para não ser confundida com o conceito de força de trabalho,⁹ que também se reproduz no espaço urbano. (Eis aqui um problema teórico e prático ainda não resolvido.)

organizar e articular a luta dos trabalhadores em suas diversas frentes. Já a Conam organiza-se como uma entidade que representa as associações de bairros/moradores e as federações estaduais a ela filiadas, apresentando-se como uma confederação de entidades de massa, “representativas dos moradores em bairros de todas as cidades do Brasil”.

A Conam, fundada em janeiro de 1982, como uma confederação de federações de associações de moradores/bairros, congrega hoje “22 federações e mais de 3.000 associações de moradores em todo o

Brasil", tendo como órgão máximo de deliberação o seu congresso de delegados das entidades de "base", que se reúne a cada dois anos para definir diretrizes gerais de ação na sociedade brasileira e eleger a sua diretoria.¹⁰ Formalmente, ela representa os moradores associados nos bairros em um grande número de cidades brasileiras, que elegeram delegados para seus congressos. Entretanto, o peso e a representatividade desta entidade e de sua proposta de articulação não se revelam na organização formal; ao contrário, só podem ser verificados se analisarmos objetivamente o seu movimento real, e, neste sentido, não é insignificante o contexto conjuntural da época de fundação da Conam.

As circunstâncias do momento, marcadas pelo crescimento das lutas contra a ditadura e pela reorganização dos movimentos de massa em geral, como vimos anteriormente, estimulavam iniciativas diversas de articulação dos movimentos. Diretorias e ativistas das associações de moradores, visando aumentar o seu poder de pressão sobre as agências governamentais responsáveis pela execução de políticas de investimentos públicos na cidade, aderiam quase de imediato às propostas de constituição de conselhos e de federações municipais e estaduais. Nos anos imediatamente anteriores à fundação da Conam, quase todas as grandes cidades, regiões metropolitanas e unidades estaduais assistiram ao surgimento de entidades federativas dos movimentos de moradores/bairros.

A iniciativa de constituição de uma confederação nacional partiu de algumas correntes políticas com participação nas diretorias de um grande número dessas federações estaduais e municipais. E encontrava sua justificativa na avaliação dos militantes de algumas dessas correntes que entendiam que o "movimento popular" (aqui com o sentido de associações de moradores/bairros) carecia de uma presença nacional para fazer avançar as suas lutas. Outros, ainda, concebiam essa entidade nacional como um caminho para ampliar a representatividade e influência de suas propostas no cenário nacional. Havia, também, representantes de entidades articulados com governos locais, que viam sua participação em uma confederação nacional como um meio de reforçar suas posições ao serem legitimados por tendências políticas de oposição a seus governos.

O consenso entre essas correntes, antagônicas em muitos aspectos, residia em que uma entidade de massa não poderia realizar discriminação política, condição para unificar o conjunto do movimento de associações de moradores; nesse sentido, não seria reconhecido o paralelismo de entidades/movimentos. Acordavam, também, com a escolha da direção formal da confederação por maioria dos delegados em congresso.

Outras tendências políticas, que concebiam o movimento de moradores/bairros como "organiza-

ção dos trabalhadores por local de moradia" ou como um "movimento popular que deve assumir a luta pela transformação radical da sociedade" ou, ainda, como um "movimento que deve se organizar de baixo para cima com a participação das bases", condenaram a constituição da Conam. Diversos argumentos foram utilizados para combatê-la; alguns dos mais representativos são os que se seguem: "não responde às necessidades dos movimentos", "é uma união de reformistas e pelegos", "é uma entidade de cúpula, burocrática e verticalizada", "não representa e não permite a participação das bases".

A militância em atuação dos diversos movimentos cindiu-se entre favoráveis e contrários à Conam, ainda que os ativistas menos envolvidos nas disputas políticas muitas vezes tenham simplesmente ficado confusos ou sequer sabido desta polêmica. Concretamente, discutiu-se mais as necessidades da conjuntura a partir de cada posição política do que a natureza das contradições em jogo nas cidades. A relação com o Estado (no sentido de aparelho de poder), as táticas e estratégias de acumulação de forças na luta contra a ditadura e/ou o capitalismo, a concepção da estrutura organizativa do movimento foram os temas que dominaram o debate entre os intelectuais-militantes de esquerda.

Seguramente as estratégias e as táticas de ação política são imprescindíveis a qualquer projeto político socialista, seja qual for a concepção de socia-



**DE BAIROS
1º CONGRESSO**

**PELA CRIAÇÃO DA
FEDERAÇÃO DE BAIROS
DA REGIÃO METROPOLITANA**

*Pela estatização dos transportes, saúde e educação
Pela implementação do PREZEIS
Pelas emendas populares na constituinte
Pela reforma agrária já • pelas eleições diretas em 88*

dias 4,5 e 6 de setembro

*local: quadra coberta do colégio i.e.p. - parque 13 de maio
próximo ao cinema ritz*

lismo que o sustente. Mas este, enquanto projeto, é um movimento no campo político-ideológico que, para se concretizar, precisa intervir política e educativamente nas contradições objetivas da sociedade, organizando os seres sociais (classes, grupos, categorias etc.) dominados para a superação da dominação no processo histórico. Isso implica o conhecimento objetivo das contradições que envolvem os seres sociais, sobretudo as que explicam as necessidades imediatas de cada um dos segmentos dominados. No caso dos movimentos urbanos, este projeto requer a análise da origem das necessidades dos moradores/bairros nas cidades brasileiras. Nos últimos anos, o mais próximo a que chegamos dessa perspectiva foi o início do debate, ainda de modo tímido e pouco aprofundado, sobre a possibilidade de uma reforma urbana "à brasileira".

A discussão anterior serve para reintroduzir a questão da Conam, repensando sua relação com os movimentos urbanos, mas, também, o sentido das críticas de seus opositores.

De fato, o conjunto dos militantes da Conam e das federações estaduais e municipais, bem como aqueles que a condenam pouco contribuíram para elevar os seres sociais dominados nas contradições urbanas à condição de sujeitos transformadores da cidade e da totalidade social — abrindo mão sempre de uma análise da objetividade das demandas dos moradores/bairros no interior das contradições urbanas. Os moradores enquanto demandam melhorias para o bairro estão buscando melhorar as condições de reprodução de sua vida no espaço urbano. Contudo, a mobilização para superar as necessidades imediatas e locais não permite, por si só, a compreensão das contradições urbanas e, menos ainda, da sociedade como um todo. Nesse sentido, as lutas imediatas precisam ser combinadas com um processo político-educativo que promova a reflexão sobre as origens das necessidades urbanas em uma sociedade capitalista como a brasileira. Disto, ambos os campos prescindiram.

A incapacidade de intervir efetivamente no processo de organização e luta dos moradores/bairros nos diz o necessário sobre a representatividade e a organicidade da Conam, que não pode ser confundida com o número de federações e associações filiadas à confederação. Ao tentar se inserir na política nacional como representante dos movimentos de associações de moradores/bairros, sem que estes se posicionem frente às contradições da cidade e da política urbana, demonstra uma dicotomia entre representantes e representados. Concretamente esta dicotomia pode ser encontrada também nas relações entre a maioria das federações (estaduais e municipais) e as associações e, sobretudo, entre estas e os seus "representados" nos locais de moradia, como revela a desmobilização vivida por todas as instâncias dessa cadeia de representação.

A pouca representatividade da Conam tem por pressuposto a sua indefinição quanto ao ser social que ela poderia representar e organizar a partir das demandas dos moradores de bairros, entendidos como um segmento da luta dos que trabalham e se reproduzem na cidade frente à apropriação privada dos benefícios da produção e reprodução urbana e às manifestações jurídicas e políticas que lhe dão cobertura. Mas, para a Conam tornar-se uma entidade que expresse este ser social é necessário que suas filiadas assumam esta perspectiva e que seus ativistas sejam capazes de identificar as contradições urbanas que dão substância às demandas coletivas e às políticas públicas nas cidades.



Por outro lado, considerando-se que os moradores associados nos bairros representam apenas uma parcela dos que trabalham e se reproduzem na cidade e que muitas demandas coletivas são encaminhadas através de outros meios, verifica-se que tanto as associações como as federações, por mais representativas, organizadas e combativas que possam ser, não são suficientes para representar o conjunto dos segmentos dominados na cidade.¹¹ As lutas urbanas são difusas pela própria natureza de suas contradições. Em decorrência, podem se manifestar sob a forma de associações de moradores, de movimentos específicos (moradia, saúde, educação, saneamento, transporte etc.) ou através das lutas sindicais (na forma de reivindicações não corporativas por transporte, serviços de saúde etc.). Além disso, as centrais sindicais podem (ou devem) ter propostas sobre as condições de reprodução da força de trabalho na cidade, de modo que esta se submeta a uma reforma urbana e seja planejada em favor dos trabalhadores.

As reflexões acima nos levam a concluir que as associações de moradores podem desempenhar

um papel relevante nas lutas urbanas como um segmento do pólo dominado pela apropriação capitalista da cidade, tanto quanto as federações municipais e estaduais dos movimentos de moradores/bairros, desde que se estruturam a partir da compreensão da questão urbana e que implementem propostas político-educativas para a ação de massas. Nesta conjuntura, parece-nos que a representatividade das associações e federações está fortemente associada a sua integração às lutas por uma reforma urbana.

Entretanto, a grande maioria das associações de moradores — que são milhares pelo Brasil — está a serviço de políticas governamentais (como o “Programa do Leite” da Seac, por exemplo) e das diversas agências estaduais e municipais.¹² Muitas dessas associações quando foram criadas não tiveram como motivação representar e reivindicar direitos para os moradores; e são, ainda, instrumentos institucionais de elites políticas fisiológico-clientelistas, que disputam o consentimento dos segmentos mais necessitados das classes subalternas. Constituem-se como agências parapartidárias ou paragovernamentais, não podendo ser confundidas com as associações que, mesmo dirigidas por “pelegos” ou pessoas manipuláveis por interesses políticos dominantes, procuram representar e defender os direitos e os interesses imediatos dos moradores nos bairros. Estas, de um modo geral, podem vir a ser resgatadas por militantes comprometidos com as demandas das massas que trabalham e se reproduzem na cidade.

A importância desta distinção entre associações de demandas coletivas e associações-agências parapartidárias ou paragovernamentais é expressiva para qualquer articulação entre organizações de massa na cidade. Pois, se ambas são entidades de bairros, possuem concepções distintas de seu papel na sociedade. Além do mais, a vida tem demonstrado que a constituição de associações de moradores não obedece a qualquer princípio de unicidade, com a multiplicação de entidades paralelas por iniciativa dos próprios representantes das classes dominantes e dos governos. Para os defensores da Conam esta não é uma questão relevante. Mantêm-se submetidos ao princípio de uma unicidade formal, definida por critérios subjetivos. Nesse sentido, em muitos estados (Pernambuco e Maranhão, por exemplo, além de outros) a Conam confunde-se com federações de associações-agências e não com organizações de massa.

Em síntese, a Conam, ao se constituir como expressão de projetos político-ideológicos e não das demandas de massa, tornou-se uma entidade sem um ser social definido. Articulou tanto federações e associações de demandas de massa como associações-agências para-estatais, o que a tem impedido de tornar-se um instrumento de articulação nacional das lutas nos locais de moradia. Quanto a sua participação, junto com outros segmentos, nas



lutas por uma reforma urbana em favor dos que trabalham e se reproduzem na cidade, dependerá de quem lhe der a direção, isto é, de quem hegemônizá-la. Mas, caminhar neste sentido que leva à confrontação com a apropriação capitalista da cidade, possivelmente implicará uma depuração da confederação com a exclusão e/ou transformação das federações e associações que agenciam os interesses dominantes em suas respectivas cidades. Mas, isto, só a prática dos que a defendem poderá demonstrar.

Em alternativa à Conam, a única proposta até agora tornada pública é a da Central de Movimentos Populares, defendida pelos militantes reunidos na Articulação Nacional de Movimentos Populares e Sindicais — Anampos. Esta proposta tem por finalidade “criar uma entidade que abarque o amplo espectro de movimentos populares existentes no Brasil (mulheres, negros, transporte, desempregados, sem-terra, solo urbano, habitação, saúde etc.), sejam eles formalmente constituídos ou não” (Relatório do VI Encontro da Anampos, Vitória, 23/09/85, p. 5). Tal proposta pode ser justificada pelo crescimento do “movimento popular” que “vem alcançando um nível considerável de organização mas carece, ainda, de **articulação** e de **direção política** para influir na estrutura de poder e rumar para a construção de um **PODER POPULAR**” (idem, p. 2, grifos do relatório).

Segundo afirmam os militantes reunidos na Anampos, o avanço dos “movimentos populares”, que crescem em organização, necessita de uma direção política que os conduza à “construção de um poder popular”. Torna-se, portanto, necessário entender o que é definido como “popular”, que serve tanto para qualificar os movimentos como o poder que se deseja construir. O relatório da reunião

(ampliada) da Coordenação Nacional da Anampos, de 13, 14 e 15 de dezembro de 1986, é esclarecedor nesse sentido. Depois de uma referência à contradição capital x trabalho, considera uma "estrutura complementar", "onde se localiza a reprodução da força de trabalho: o bairro. É aí que acontecem as lutas por creche, transporte, habitação, saneamento etc. Por 'movimentos populares' entende-se então este tipo de luta que acontece em uma 'estrutura complementar'". Mas "nesses movimentos populares também são incluídas as lutas dos negros, das mulheres etc."

Em um outro documento, os militantes reunidos na Anampos classificam os "movimentos populares" do seguinte modo: "a) de reivindicações (transporte); b) de conquistas (moradia, terra etc.); c) de denúncias (direitos humanos); d) de solidariedade (Nicarágua, fundo de greve); e) de apoio mútuo (domésticas); f) áreas específicas (saúde); g) movimentos específicos: mulheres, negros, índios (que estão acima da conjuntura nacional, pois não dependem da conjuntura)" (Relatório do VII Encontro Nacional da Anampos, Mendes, RJ, 26 e 27/09/87, pp. 3-4).

Para esta concepção, portanto, o "popular" em movimento corresponde às lutas no momento de reprodução da força de trabalho (no bairro), definido como "estrutura complementar", somadas a outros movimentos de "denúncia", de "solidariedade", de "apoio mútuo", além dos "específicos".¹³ Todas as lutas por melhores condições de reprodução da força de trabalho ficam limitadas aos bairros. **Não analisa, em quaisquer dos documentos, as contradições das cidades capitalistas brasileiras. Quando se refere aos bairros, fala em**

demandas; quando se refere a capitalista, fala na luta entre capital e trabalho e/ou da transformação da sociedade dominada pela burguesia. Não há qualquer reflexão sobre as mediações entre as demandas dos moradores dos bairros e a reprodução do capitalismo materializadas nas cidades, o que leva a afirmações e conclusões de natureza doutrinária e subjetiva. Senão, vejamos:

"Para articular o movimento popular a ponto de as lutas não se desorganizarem quando atendida a reivindicação, ou quando exauridas as esperanças quanto ao seu atendimento, devemos trabalhar sempre com a divisão de classes que existe na sociedade, deixar claro que o Estado está na mão da burguesia e que somos explorados no trabalho e também no bairro; preocupar-se com a formação da consciência de classe" (Relatório da Coordenação, p. 6).

Concretamente, sendo ou não vitoriosa uma demanda de massa, o que importa é trabalhar "a grande contradição da sociedade" (capital x trabalho), sabendo que "o Estado é instrumento do capital". Em outras palavras isto significa dizer que o objetivo das lutas não é conquistar a demanda reivindicada, mas sim fazer propaganda contra a burguesia e o Estado (este ainda percebido como o Estado do período clássico do liberalismo do século XIX, como comitê dos proprietários do capital).

Desse modo, os militantes reunidos na Anampos deixam de articular as demandas coletivas com as contradições entre estas e a apropriação capitalista das condições de reprodução da vida (e não apenas da força de trabalho) no espaço urbano. **No entanto, sem a mediação destas contradições não**



há como desenvolver um processo político-educativo a partir das demandas coletivas por melhores condições de reprodução da vida. E esse processo político-educativo na "estrutura complementar" passa, necessariamente, por estas mediações antes de chegar à "grande contradição da sociedade".

Quanto aos outros movimentos agregados à "estrutura complementar" são, conforme já vimos no início deste artigo, movimentos de natureza histórico-cultural que transcendem as contradições urbano-capitalistas. Inserem-se neste caso as mulheres em luta contra a milenar cultura machista e patriarcal da sociedade humana (inclusive nas sociedades denominadas de socialistas) e dos negros contra cinco séculos de cultura racial excludente. É fato que essas lutas se desenvolvem principalmente nos grandes centros urbanos, mas é preciso ter claro que elas não enfrentam como pólo contraditório a apropriação capitalista da cidade, mas sim uma concepção de supremacia sexual e racial reproduzida pela superestrutura da sociedade capitalista de forma particular que se ajusta aos interesses dominantes. Por isso esses movimentos — que poderiam incluir as lutas dos índios, homossexuais e outros — possuem um ser social distinto, determinado, sobretudo, pelas contradições das práticas superestruturais da sociedade. Mas, nada disso está em conflito com a participação de mulheres, negros, homossexuais etc., enquanto seres sociais que trabalham e se reproduzem, nas lutas contra a apropriação capitalista da cidade ou, como trabalhadores, nas lutas sindicais. De fato, isto já ocorre. Grandes contingentes de negros e mulheres estão engajados tanto nas lutas sindicais como nas urbanas.

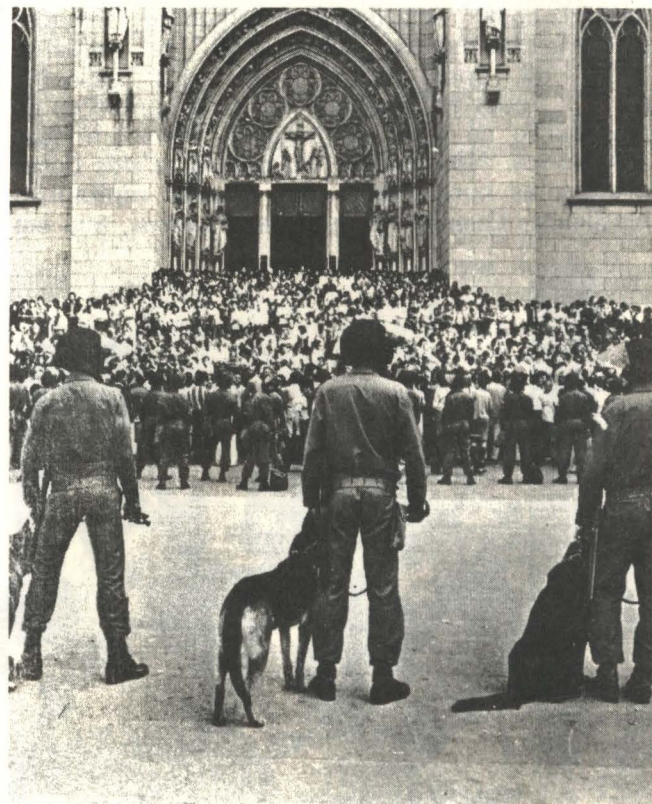
A questão relevante, então, é considerar por que os militantes reunidos na Anampos, que se assumem como socialistas, **tratam contradições desiguais de modo igual**. Propor uma organização que centralize as demandas de massa em processos contraditórios tão desiguais é esquecer que são as determinações objetivas que identificam os seres sociais e que condicionam as suas iniciativas de ação coletiva. Dito de outro modo, **são as necessidades objetivas coletivamente sentidas** (pelo senso comum), que tornam possível a prática de qualquer organização permanente de massas para o enfrentamento das "causas" de suas carências. Da mesma maneira, é sobre estas contradições e sob suas condições objetivas que intervêm as propostas político-educativas. Desconhecer as condições objetivas, para que uma proposta política possa se realizar, significa alienar a política da realidade e vice-versa.

Em consequência desse subjetivismo que a permeia, a proposta da "Central de Movimentos Populares" só pode encontrar um único plano de lutas para unificar movimentos com identidades sociais tão distintas: a demarcação político-ideológica com outras concepções, antagônicas ou não, sobre a realidade brasileira atual. Tendência que é

reforçada com a interpretação de que os movimentos dos que trabalham e se reproduzem na cidade é conjuntural: "o movimento popular é produzido por lutas imediatas e tem natureza conjuntural: como dar um eixo ao movimento passando o momento conjuntural?" (Relatório do VII Encontro, p. 4).

Temos aqui dois problemas fundamentais. O primeiro é imaginar que a luta contra a apropriação capitalista do espaço urbano se esgota com as demandas imediatas na conjuntura, já que só os movimentos de negros e mulheres têm permanência para além do momento conjuntural. O segundo problema refere-se à idéia de uma organização permanente (a Central) para movimentos temporários e conjunturais. Se ela traduzir mais do que uma ambigüidade, significa que os militantes reunidos na Anampos estão desperdiçando anos de militância e reflexão, enfrentando dificuldades imensas, para que tudo se esgote numa mudança de conjuntura. Ou, então, concebem que a atual conjuntura deve desdobrar-se em uma nova sociedade sem apropriação capitalista das condições de trabalho e reprodução, como sugere a demarcação ideológica dos movimentos e a idéia do "poder popular" — ambas explícitas no Relatório do VI Encontro e implícitas nos demais.

Foto: Ary Costa Pinto



A demarcação político-ideológica de um projeto para os movimentos populares parece estar associada, também, à delimitação com os segmentos liberais que hegemonizavam, em 1985, o "governo de transição negociada" como, também, com as forças políticas de esquerda que lhe davam

apoio. Nesse sentido, os movimentos são classificados, de acordo com as correntes político-ideológicas que os dirigem (ou dominam), em "direitistas", "reformistas" e "combativos". A "direita" é entendida como o governo e a burguesia; "reforma" seriam os PCs e os setores da "esquerda" que agem taticamente fazendo "acordos, conchavos e alianças com a direita". . . "por entender que as mudanças devem passar prioritariamente pelo plano institucional". Enquanto o "pólo combativo" se propõe a "lutar pelo socialismo mas sem acordos, conchavos e alianças com a direita" e, ainda que admita a luta a nível institucional, considera mais importante a "organização da base popular" (Relatório do VI Encontro, pp. 2-3).

Considerando que a "Central de Movimentos Populares" é uma proposta de **um dos segmentos** que integram o "pólo combativo" e que ela tem por finalidade proporcionar "articulação" e "direção política" às lutas dos "movimentos populares", de modo que estes possam "rumar para a construção de um PODER POPULAR", podemos concluir que este será construído com a participação da "Central" do "pólo combativo". Como a orientação deste é o socialismo, o "PODER POPULAR" pode ser interpretado como um poder revolucionário, no sentido da implantação do socialismo no Brasil (ver Relatório do VI Encontro).

O que nos revela que a "Central" se constituiria com uma identidade política e ideológica clara, mas sem um ser social objetivo, tendo por propósito a organização de um movimento socialista de massas contra a burguesia e o Estado. Portanto, os movimentos seriam centralizados por uma "organização de base popular" do "pólo combativo" (dos socialistas). **Em decorrência, não se teria uma organização ampla das massas (que trabalham e se reproduzem em contradição com a apropriação capi-**

talista do espaço urbano) com a possibilidade de ser hegemonizada pelos socialistas, mas uma organização dos socialistas para as massas. Tal organização excluiria as lutas espontâneas das massas e a possibilidade de os socialistas dirigi-las, educando-as.

Em resumo, a proposta da "Central de Movimentos Populares" traduz-se em uma **organização permanente e centralizada** para conformar movimentos que são **conjunturais e provisórios**, além de serem **distintos na natureza de suas contradições**, embora unificados sob a "direção política" do "pólo combativo" para construir um "PODER POPULAR" e, então, realizar o trânsito para o socialismo. **Todo esse processo tem como prioridade "a organização da base popular", cujo critério de articulação é ser "convocada pela Anampos"** (Relatório do VI Encontro, p. 6). **Este conjunto de ambigüidades corresponde e serve para justificar a afirmativa de que "o pólo combativo surge sabendo o que não quer ser, mas não sabe exatamente o que quer ser"** (Relatório do VI Encontro, p. 3).

Seguramente, os militantes reunidos na Anampos podem dar uma grande contribuição às lutas de massa nas cidades brasileiras, tanto por seu comportamento com a organização das lutas no espaço urbano, como por sua inserção efetiva no interior de vários desses movimentos. Se é necessário apontar e criticar o subjetivismo que preside suas análises e suas propostas, tentando inclusive contribuir para a superação de confusões teóricas e políticas que podem restringir as interpretações e formulações objetivas da realidade, é preciso não esquecer que eles trazem consigo uma grande qualidade: **a vontade transformadora da história**. E, sem vontade política, pode-se até apreender de modo amplo e objetivo as contradições do mundo real, mas não se o transforma.

Conclusão

Complementando o quadro acima apresentado é importante salientar que tanto a prática já experimentada pela Conam, quanto a proposta de constituição da "Central de Movimentos Populares" formulada pela Anampos, ainda que produtos de diferentes concepções sobre o processo histórico da realidade brasileira e dos movimentos de massas urbanas, compartilham vários aspectos em comum. Isto pode ser comprovado tanto em relação às interpretações subjetivas, dissociadas da realidade objetiva das contradições urbanas, como na carência de uma perspectiva de unificação das lutas das massas frente a seus efetivos antagonistas e a partir de suas demandas concretas, base material da auto-identificação coletiva dos espoliados urbanos. Isso sem falar da ausência de uma concepção de organização de massas determinada pelas contradi-

ções objetivas sobre as quais atuam os sujeitos portadores de projetos políticos ou da inexistência de um projeto de direção intelectual e moral (de hegemonia) e não apenas de direção política restrita (no sentido de controle do poder) sobre os movimentos e a sociedade como um todo.

No campo das diferenças, parece-nos que estas são essencialmente estratégicas e/ou táticas na intervenção política, o que implica prioridades e métodos distintos, que dão origem a propostas diversificadas, heterogêneas e muitas vezes opostas entre si. Ainda assim — é preciso insistir — em ambas, as contradições são projetadas de "fora para dentro", pois se esquece que são as contradições materiais ("de dentro") que condicionam os projetos políticos ("de fora").

ab st

Numa conjuntura em que a ênfase nos processos de dominação coercitiva sobre as classes subalternas (entendidas como o proletariado e demais segmentos sociais subjugados pelo modo de produção e reprodução do capital na sociedade brasileira) foi deslocada para os processos de dominação através da persuasão e consentimento dos dominados, os capitalistas e seus representantes, dentro e fora das agências governamentais, investiram em novas formas de controle e convencimento de amplos setores das massas. Este fato pode ser exemplificado pelo desenvolvimento de políticas de atendimento e/ou manipulação das necessidades sociais e econômicas dos subalternos e de inserção na disputa pela hegemonia (consentimento, adesão) em todos os setores da sociedade civil e do Estado.

Em contrapartida, o mesmo processo abriu maiores espaços para a ação dos socialistas, também no campo da disputa da hegemonia na sociedade civil e no Estado, como recentemente ficou demonstrado com as vitórias do PT e de outros partidos de esquerda, eleitos pela sociedade difusa (e não pelos movimentos organizados) para representar a em importantes parcelas do governo (prefeituras e câmaras municipais).

Paradoxalmente, os movimentos de massas urbanas, que poderiam constituir-se em significativo respaldo a esses governos, estão em refluxo, ainda que não desmobilizados. **A nova conjuntura, ao romper a articulação do bloco de forças políticas e sociais antes unificadas no enfrentamento à ditadura, rompeu, também, a articulação dos movimentos no espaço urbano. Sem dúvida, a unidade anterior, assentada na luta por direitos liberais-democráticos, esgotou-se. O processo constituinte já demonstrou que liberais e socialistas estão em processo de articulação de seus blocos específicos, em luta pelo poder e, sobretudo, pela hegemonia.**

A crise econômica, atravessando já uma década, agrava-se com a crise de legitimidade de um governo que abandonou os compromissos com as reformas democráticas e sociais, fundamenta a alternativa liberal-conservadora e reproduz o padrão de acumulação capitalista excludente do período ditatorial. Este projeto, no entanto, não une sequer a burguesia, como as divergências no bloco de forças dominantes vêm demonstrando publicamente.

A desconfiança e o ceticismo crescem, sobretudo nas grandes cidades brasileiras. Mesmo o avanço eleitoral dos socialistas, com o crescimento de sua representação institucional, não vem sendo acompanhado por uma organização de massas correspondente. Claramente, não existe um bloco alternativo de forças políticas e sociais sob a direção intelectual e moral dos socialistas em condições de disputar efetivamente a hegemonia na sociedade civil, neste momento de crise de legitimidade dos liberais conservadores.

As classes subalternas, que trabalham e se reproduzem nas cidades, seguem carentes de alternativas frente à apropriação capitalista e às formas jurídicas, políticas e éticas que lhe dão consistência ideológica. Sobretudo destas últimas, porque é a ética que pode legitimar ou deslegitimar a ordem urbana capitalista e as lutas contra esta ordem. Uma ética que condene a especulação urbano-imobiliária e a mercantilização dos serviços públicos de transporte, saúde, educação etc., além dos interesses beneficiados em diversas obras públicas, pode cumprir o duplo papel de deslegitimar a apropriação capitalista da cidade e de construir a necessidade moral (vontade) de transformá-la.

Os movimentos urbanos desenvolvidos a partir de meados da década de setenta consolidaram uma ética que deslegitimava as práticas autoritárias e excludentes dos detentores do poder, construindo a necessidade moral de os moradores/bairros, enquanto indivíduos-cidadãos, reivindicarem seus direitos. Hoje, esta ética está incorporada à nova Constituição e ao discurso das próprias agências governamentais, sendo usada, inclusive, para obter o consentimento dos subalternos, uma vez que não distingue quem são os pólos das contradições urbanas. Por isso mesmo, **essa ética do reconhecimento das demandas sociais pelos governos e da gestão participativa não mais mobiliza como antes.** Além disso, mesmo radicalizada em sua forma (pela participação direta na gestão das políticas públicas), ao não explicitar os conflitos de interesses presentes na cidade, não permite elevar as massas urbanas no sentido de sua educação e mobilização, em direção a um projeto possível. Este seria, segundo esta análise, **a reforma urbana, que pode propiciar o atendimento e a realização dos interesses dos que trabalham e se reproduzem na cidade, em detrimento da especulação e apropriação capitalistas.**¹⁴ Trata-se de um processo desigual, dado que as conquistas das classes subalternas ocorrem de acordo com a correlação de forças sociais e políticas em cada momento e que esta se desenvolve e se transforma de modo diferenciado em cada município brasileiro. As contradições urbanas e a correlação de forças específicas a cada município são, portanto, condições que precisam ser consideradas no processo de articulação das demandas coletivas e de sua elevação à necessidade moral de transformação da cidade por um processo de reforma urbana.

Por tudo isto é fundamental que os movimentos urbanos sejam compreendidos como parte do processo de lutas entre contrários na sociedade brasileira. Qualquer proposta de articulação deve partir das lutas concretas, das práticas sociais que entram em conflito com os interesses da apropriação capitalista do urbano e de suas manifestações superestruturais (políticas públicas, legislação etc.) e não de iniciativas subjetivas de organização. **A articulação é, antes de tudo, um processo objetivo de lutas sociais dentro do qual se inserem as políticas subjetivas e não o inverso.**

Notas

- 1 Entendemos aqui como fundamentos sociais da cidadania, os direitos coletivos relativos às condições em que se processa reprodução da vida, sobretudo da força de trabalho, tais como os equipamentos-serviços urbanos (água, esgoto, etc.) e os serviços sociais básicos (escola, assistência médica, etc.) não exclusivamente urbanos. Poderíamos incluir, também, como direitos sociais da cidadania os relativos às condições extra-econômicas (superestruturais) que regulam os contratos coletivos de trabalho tais como salário mínimo, jornada máxima de trabalho, férias, etc. Enquanto no primeiro caso está em jogo a apropriação dos meios de reprodução e de seus benefícios, no segundo, está em disputa a apropriação dos meios de produção dos bens produzidos. Mas a concepção neoliberal do mundo interpreta-os como direitos aquisitivos dos indivíduos-cidadãos subordinados à lógica da apropriação privada das condições de existência no mercado e não como regulação das iniciativas individuais pela vontade coletiva dos sujeitos sociais. É deste modo que a ideologia liberal incorpora os interesses sociais dos dominados à sua concepção capitalista do mundo, tendo em vista o consentimento de todos os segmentos sociais à lógica de produção e reprodução do capital.
- 2 Entendemos como modernidade urbana o planejamento da cidade que incorpora tanto a maior eficiência de seus serviços e de uso do solo como o atendimento das demandas sociais urbanas. Mas quando nos referimos à eficiência e ao atendimento de demandas analisamos quem são os beneficiados por elas e quem os dirige.
- 3 Enquanto os seres sociais que têm a sua força de trabalho utilizada na produção de todos os bens existentes e que se reproduzem (ou sobrevivem) de acordo com a sua situação (capacidade aquisitiva) na distribuição e consumo dos bens produzidos. Ver a respeito MARX, Karl. *Para a Crítica da Economia Política*, Introdução", e *O Capital*, Livro III, Seção Sétima ("Os Rendimentos e Suas Fontes").
- 4 Entendemos por solo urbano as terras utilizadas de forma intensiva e concentrada no processo de produção e circulação de bens necessários à reprodução de uma sociedade e de suas forças produtivas (edificações, arruamento e equipamentos produtivos e de consumo, etc.). Só no modo de produção capitalista o solo é apropriado de forma privada tornando-se também uma mercadoria (valor de troca). Nesse sentido, a sua aquisição submete-se às condições do modo de produção, através das suas relações de troca, distribuição e consumo. Em outras palavras, o acesso à terra urbana fica condicionado à capacidade aquisitiva de cada um no mercado imobiliário.
- 5 Entendemos por equipamentos urbanos os bens de uso coletivo (rede de água, esgoto, etc.) que cumprem o duplo papel de forças produtivas necessárias ao processo econômico (consumo produtivo) e meios de consumo de bens e serviços essenciais à reprodução da vida urbana (consumo coletivo). Por equipamentos sociais, entendemos os bens destinados ao consumo coletivo de serviços essenciais à reprodução da sociedade, tais como escolas, postos médicos etc.
- 6 A "qualidade técnica" deve ser entendida como empresas capitalistas que realizam os seus lucros projetando e/ou produzindo bens de uso coletivo que são consumidos pelos investimentos públicos. Trata-se, portanto, de uma acumulação privada em um processo de natureza pública.
- 7 Ver nota (1).
- 8 O "aprofundamento" deve ser entendido como radicalização formal das lutas, como as ocupações de terrenos ociosos, que podem se chocar com algumas premissas do processo de apropriação privada do solo, mas que só adquire um sentido transformador quando se insere no conjunto das lutas contra o modo de produção e reprodução da cidade e as suas manifestações superestruturais (políticas públicas, legislação etc.).
- 9 No espaço urbano reproduzem-se não apenas o capital e a força de trabalho (livre para ser alienada como mercadoria), mas também diversos outros segmentos formalmente submetidos ao capital como os pequenos mercantis que se apropriam de suas condições de existência através do próprio trabalho. São os pequenos negócios individuais ou familiares que não exploram a força de trabalho assalariada ou o fazem subsidiariamente. Existem ainda diversos segmentos que, a grosso modo, podem ser classificados como "exército industrial de reserva" e outros como "lumpens".
- 10 Informações concedidas por João Bosco, presidente da Conan, em entrevista a Polis/CPV, em outubro de 1987.
- 11 Como as lutas urbanas são difusas e sem qualquer unidade corporativa, como as lutas sindicais, elas podem ser realizadas pelas mais diferentes formas de mobilização e organização e não somente pelas associações de moradores. As reivindicações nesse caso podem ser de movimentos específicos (moradia, saúde, etc.) ou mesmo de sindicatos que transcendem o corporativismo. Ver a respeito o artigo "São Paulo: Vetores para um Quebra-Cabeça", de Paulo Roberto Abrantes, neste número.
- 12 Quase todos os governos estaduais e municipais coordenam associações civis organizadas nos bairros com a finalidade de agenciar as suas políticas assistenciais ou mesmo de disputar o consentimento social.
- 13 Notar que a classificação do VII Encontro subentende que as reivindicações por transporte não têm a perspectiva de conquistas (melhores condições do serviço, encampação, etc.) e que as ocupações para conquistar terras não são acompanhadas por reivindicações para ter a posse e o direito de construir reconhecidos.
- 14 Ver a respeito: RIBEIRO, Luis Cesar Q. e ABREU, Haroldo. *Debatendo a Reforma Urbana*. FASE, 1986.

Leia também...



A FASE reconhece nos mutirões uma alternativa popular, com todos os seus riscos e dificuldades. Mas considera fundamental estimular o debate e o processo educativo para que eles não percam a sua dupla dimensão: de serem organizadores das aspirações populares e de que os seus participantes sejam sujeitos da conquista dos direitos de cidadania e da necessária reforma urbana.

O TESTAMENTO DO HOMEM DA FLORESTA



CHICO MENDES POR ELE MESMO

Organização de Cândido Grzybowski

 FASE

Francisco Alves Mendes Filho nasceu em 15 de dezembro de 1944, num seringal de Xapuri, Acre. Era casado com Ilzamar G. Bezerra Mendes e tinha dois filhos, Helenira, 4 anos e Sandino, 2 anos.

Era Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, membro do Conselho dos Seringueiros e da Central Única dos Trabalhadores – CUT, militante do Partido dos Trabalhadores, defensor ecológico da Amazônia. Em 1985, se tornou consultor do Banco Mundial e do Banco Interamericano para o Desenvolvimento, para projetos na Amazônia. Em 1987, recebeu o Prêmio Global 500, da ONU. Nesse mesmo ano recebeu uma medalha da Sociedade para um Mundo Melhor, em Nova Iorque. Em 1988 recebeu o título de Cidadão Honorário do Rio de Janeiro.

No dia 22 de dezembro de 1988, às 17:45h de uma quinta-feira, foi assassinado, na porta de sua casa, em Xapuri, Acre, o líder sindical, seringueiro e ecologista Chico Mendes.

“O que nós queremos com a reserva extrativista? Que as terras sejam da União e que elas sejam de usufruto dos seringueiros ou dos trabalhadores que nela habitam.

Hoje, a proposta é uma proposta conjunta de índios e seringueiros.

É a luta, o movimento dos povos da floresta.”

A DEMOCRACIA NA FÁBRICA

O surgimento do novo sindicalismo no final da década de setenta colocou na ordem do dia a temática da estruturação sindical independente. O tema do desatrelamento dos sindicatos em relação ao Estado veio sempre acompanhado pela prática de formas mais democráticas e representativas de organização da classe operária.

Por dentro da fábrica as questões sindical e das relações de trabalho se traduziram na formação das CIPAs, dos Grupos de Fábrica e das Comissões de Fábrica, como instrumentos de organização e de luta. Para o sindicalismo essas formas de organização sindical de base abrem novos desafios, que seguem o filão histórico de velhas tentativas de ampliação do poder organizativo da classe operária nos locais de trabalho, enfrentando por dentro do processo produtivo as estratégias patronais e as condições de trabalho na moderna indústria capitalista.

A democratização da vida sindical como instrumento contra a burocratização e o aparelhamento aparecem nesse número 40 de **Proposta**, indicando através de análises, de documentos e de experiências as potencialidades virtuais de transformação contidas nos esforços levados por ativistas de fábrica e dirigentes sindicais, acompanhados pelos educadores populares, no sentido da organização operária por local de trabalho.